

BOLETIM ECONÔMICO

SETEMBRO DE 2011



SINDUSCON - PA
Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Pará

BOLETIM ECONÔMICO SETEMBRO DE 2011

A – CONJUNTURA ECONÔMICA (IPCA, INPC, IGPM, INCC-DI: CONSTRUÇÃO).....	04
1 – ÍNDICES DE PREÇOS:.....	04
1.1 – IPCA: Inflação oficial sobe 7,31% em 12 meses, a maior alta em mais de 6 anos.....	04
1.1.1 - Passagens aéreas puxam alta em setembro.....	04
1.1.2 - Alimentos mantêm pressão.....	05
1.2 - INPC: Indicador de reajuste de salários registra baixa variação de agosto para setembro.....	07
1.3 – IGP-M: IGPM avança 0,65% em setembro, aponta FGV.....	07
2 - INDICADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL:.....	08
2.1 – INCC-DI: Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-DI) teve leve aceleração de agosto para setembro.....	09
2.2 - CUB - Pará: Custo da Construção Civil, no Estado do Pará, medido pelo CUB acelera e aumenta 4,79% no mês de setembro, acima de 0,16% no mês de agosto.....	12
2.3 – SINAPI: Índice Nacional da Construção Civil (SINAPI) no Estado do Pará teve desaceleração de agosto para setembro, em decorrência de não ter sido utilizado a correção dos salários dos trabalhadores da Construção Civil em setembro.....	15
3 – CONJUNTURA:.....	16
3.1 - Desaceleração da economia aponta redução da taxa de juro.....	16
3.2 - Investimentos na Amazônia somam R\$ 212 bilhões até 2020: O governo federal e o setor privado inauguram um novo ciclo de desenvolvimento e ocupação de desenvolvimento da Amazônia Legal.....	17
3.3 - Vale confirma disposição de concluir a ALPA, no Pará.....	18
4 - NÍVEL DE ATIVIDADE DA CONSTRUÇÃO:.....	18
4.1 - Consumo de energia na Construção Civil em Belém cresce 3,35% nos sete primeiros meses do ano.....	18
4.2 - Mercado Imobiliário.....	19
4.2.1 - Informações da Seurb apontam que a produção imobiliária de Belém, nos nove primeiros meses do ano, passa por um processo de ajuste em patamar elevado.....	19
4.2.2 - Área regularizada pelo CREA dos empreendimentos da Construção Civil nos nove primeiros meses do ano é superior ao mesmo indicador do ano passado.....	21
4.3 – Aumento dos financiamentos habitacionais no ano puxam as operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional.....	23
4.3.1 - Contratação de unidades habitacionais no Programa Minha Casa Minha Vida, para baixa renda se mantém fraca.....	24
5 – PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB).....	27
5.1 – Agropecuária e Indústria puxam crescimento do Produto Interno Bruto para baixo no segundo trimestre. Do lado da demanda, exportações e FBCF (investimentos em máquinas e equipamentos) seguem em alta, mas são compensadas	

por forte importação. Construção desacelera o ritmo de crescimento (5,2% no primeiro trimestre para 2,1% no segundo trimestre).....27

5.2 – PIB da Construção Civil paraense sobe 1,70% no 2º trimestre, acima do crescimento de 1,2% do trimestre anterior.....29

6 – EMPREGO FORMAL:.....29

6.1 - Estado do Pará: Mercado de trabalho continua aquecido. Construção Civil e Serviços permanecem sustentando o mercado de trabalho paraense.....29

6.2 - Análise Geográfica do Emprego Formal da Construção Civil Paraense: Município de Altamira continua sendo destaque na criação de novas vagas na Construção Civil, enquanto que o Município de Belém teve forte desaceleração na abertura de novas vagas em setembro.....32

6.3 - Região Metropolitana de Belém: Região Metropolitana de Belém teve leve crescimento (4,0%) de abertura de vagas de trabalhadores com carteira assinada em setembro.....33

6.4 – Análise da rotatividade do emprego formal da Indústria da Construção Civil no Estado do Pará, no período de 2003 a 2011.....34

6.5 – Os resultados, acumulados até o mês de setembro, da contratação de trabalhadores formais por cargos continuam apontando crescimento em quase todas as ocupações.....35

7 - INSTITUIÇÕES QUE COLABORARAM PARA ELABORAÇÃO DESTE BOLETIM.

- ADEMI – Associação de Dirigentes das Empresas do Mercado Imobiliário
- CELPA – Rede Energia
- CREA – Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura.
- SINE/SETER – Serviço Nacional de Emprego
- SEURB – Secretaria de Obras e Urbanismo do Município de Belém.
- SEBRAE/PA - Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas/Pará

A – CONJUNTURA ECONÔMICA (INPC, IPCA, IGPM, INCC-DI: Construção).

1 – ÍNDICES DE PREÇOS:

1.1 – IPCA: Inflação oficial sobe 7,31% em 12 meses, a maior alta em mais de 6 anos.

IPCA se distancia ainda mais do teto da meta estabelecida pelo governo, de 6,5%; em setembro, índice subiu 0,53%, pressionado pelos preços das passagens aéreas e dos alimentos.

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou setembro com alta de 0,53%, ante uma variação positiva de 0,37% em agosto, informou nesta sexta-feira o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nos últimos 12 meses até setembro, o indicador acumula alta de 7,31%, o maior resultado desde maio de 2005, quando o índice subiu 8,05% neste mesmo período. No ano, a alta acumulada é de 4,97%.

O resultado de setembro foi o maior para o mês desde 2003, mas ficou dentro do intervalo das estimativas dos analistas.

O IPCA é o índice oficial utilizado pelo Banco Central para cumprir o regime de metas de inflação, determinado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). O centro da meta é de 4,5%, com uma banda de variação de dois pontos percentuais para cima ou para baixo.

O aumento nos preços dos alimentos tem pressionado a taxa de inflação em 12 meses pelo IPCA. Mas o setor de serviços também tem sido um fator importante de pressão.

“Aí temos uma influência grande dos alimentos, que aumentaram muito nesse ano, mas não só. Os serviços também vêm impactando muito a inflação em 2011. Em particular, a gente destaca os empregados domésticos, os cabelereiros”, mencionou Eulina Nunes dos Santos, coordenadora de Índices de Preços do IBGE. “Os serviços, em geral, têm um impacto muito grande da renda. Quanto maior a renda e a possibilidade de emprego, mais espaço os serviços têm para ficarem mais caros”.

Eulina atentou ainda para o fato de que alguns itens que têm contribuído para conter a taxa em 12 meses, como os eletrodomésticos, se beneficiaram até agora do dólar baixo. Ela não indicou, porém, se a valorização acentuada da moeda americana nas últimas semanas pode aumentar ainda mais a taxa do IPCA de 12 meses nas próximas leituras.

1.1.1 - Passagens aéreas puxam alta em setembro.

Os preços das passagens aéreas impactaram a inflação medida pelo IPCA em setembro. O item exerceu o principal impacto no mês, com uma contribuição de 0,09 ponto percentual na formação do índice cheio.

Para viagens em setembro, os voos disponíveis subiram, em média, 23,40% em relação aos disponibilizados pelas companhias aéreas para viagens em agosto, mês em que as tarifas haviam apresentado queda de 5,95%. Como resultado, as despesas com transportes saíram de uma variação de -0,11% em agosto para +0,78% em setembro.

O resultado do grupo foi influenciado ainda pelos combustíveis, que passaram de -0,09% em agosto para +0,69% em setembro. O preço do litro do etanol foi de 0,30%

para +3,00%, no período, e o litro da gasolina subiu 0,50%, enquanto em agosto teve queda de 0,14%, na mesma base de comparação.

Houve variação ainda no item conserto de automóvel (de 1,10% para 1,23%), que se manteve em alta, além do seguro voluntário (de -0,88% para +0,86%) e automóveis, tanto novos (de -0,37% para +0,18%) quanto usados (de -0,60% para +0,51%), com aumento de preços após terem se apresentado em queda.

1.1.2 - Alimentos mantêm pressão.

Os preços dos alimentos aumentaram 0,64% e voltaram a pressionar a inflação. O impacto do grupo foi de 0,15 ponto percentual, o que representa uma participação de 28,0% na taxa de 0,53% do IPCA em setembro, segundo o IBGE.

“O IPCA de agosto já tinha subido bastante por causa dos alimentos. Em setembro, os alimentos continuaram em alta, puxando o resultado, mas um pouco menos que em agosto”, disse Eulina.

Vários produtos ficaram mais caros na passagem de agosto para setembro, com destaque para o feijão carioca (6,14%), açúcar refinado (3,82%) e cristal (3,42%), frango (2,94%) e leite (2,47%).

O grupo alimentação e bebidas (0,64%), com impacto de 0,15 ponto percentual, somado a transportes (0,78%), também com 0,15 ponto percentual, responderam por 0,30 ponto percentual do IPCA de setembro, o correspondente a 57% da taxa global do mês passado.

Tabela 1

Resultados por grupo de produtos e serviços pesquisados.

GRUPO	VARIACÃO (%)		CONTRIBUIÇÃO (p.p)	
	AGOSTO	SETEMBRO	AGOSTO	SETEMBRO
Índice Geral	0,37	0,53	0,37	0,53
Alimentação e Bebidas	0,72	0,64	0,17	0,15
Habitação	0,32	0,71	0,04	0,09
Artigos de Residência	0,57	-0,36	0,02	-0,01
Vestuário	0,67	0,80	0,05	0,06
Transportes	-0,11	0,78	-0,02	0,15
Saúde e Cuidados Pessoais	0,43	0,34	0,05	0,04
Despesas Pessoais	0,50	0,53	0,05	0,06
Educação	0,17	0,14	0,01	0,01
Comunicação	-0,06	-0,04	0,00	0,00

Fonte: IBGE

Entre os índices regionais, o maior foi na Região Metropolitana de Curitiba (0,86%) explicado pelo reajuste dos preços dos alimentos, passagens aéreas e combustíveis. O menor índice foi o de Belém (0,16%), influenciado pela menor variação dos alimentos.

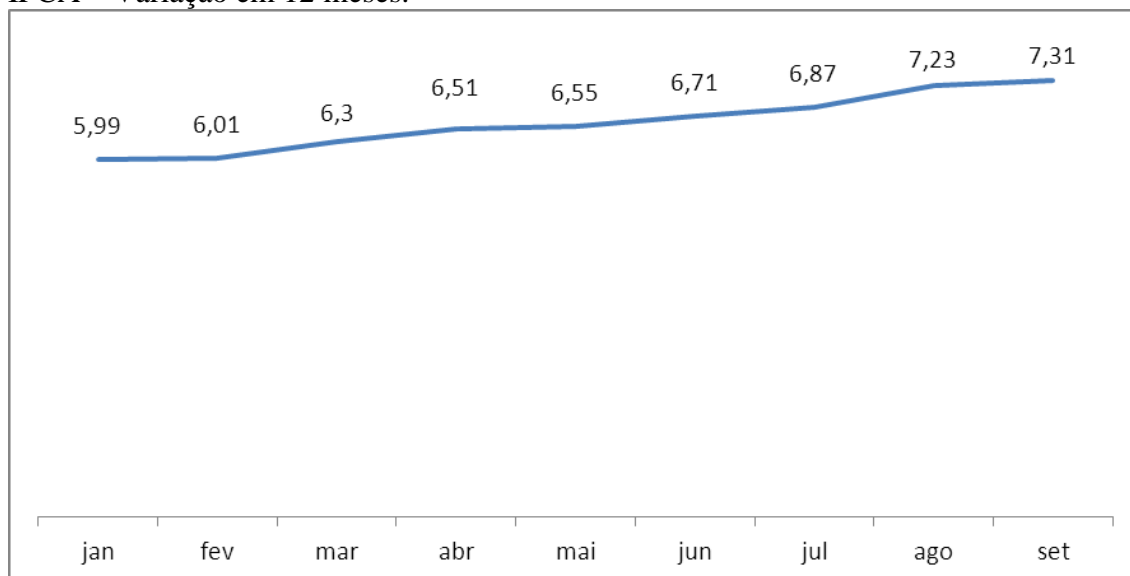
Em seguida a tabela com os índices regionais.

Tabela 2
Índices regionais de inflação.

REGIÃO	PESO REGIONAL (%)	VARIÇÃO (%)			
		MENSAL		ACUMULADA	
		AGOSTO	SETEMBRO	ANO	12 MESES
Rio de Janeiro	13,68	0,47	0,42	7,03	4,93
Belo Horizonte	10,83	0,45	0,60	7,51	5,54
Belém	4,15	0,41	0,15	6,49	3,40
São Paulo	33,06	0,39	0,51	7,53	5,11
Brasília	3,37	0,39	0,82	7,62	5,13
Recife	4,11	0,38	0,42	6,84	4,54
Fortaleza	3,87	0,37	0,37	7,83	4,66
Salvador	6,86	0,36	0,72	6,59	4,71
Goiânia	3,73	0,36	0,44	7,27	4,53
Curitiba	7,42	0,18	0,86	7,77	5,79
Porto Alegre	8,92	0,14	0,51	6,30	4,68
Brasil	100,00	0,37	0,53	7,23	4,97

Fonte: IBGE

Figura 1
IPCA – Variação em 12 meses.



Fonte: IBGE

1.2 – INPC: Indicador de reajuste de salários registra baixa variação de agosto para setembro.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) registrou variação de 0,45% em setembro, pouco acima do resultado de 0,42% de agosto. O acumulado do ano fechou em 4,61%, acima da taxa de 3,80% relativa à igual período de 2010. Considerando os últimos 12 meses, o índice situou-se em 7,30%, acima da variação de 4,68% dos 12 meses encerrados em setembro de 2010.

Dentre os índices regionais, o maior foi registrado na Região Metropolitana de Curitiba (0,68%), em virtude da forte alta dos alimentos, enquanto que o menor foi registrado na Região Metropolitana de Belém (0,01%), Segundo o IBGE.

A tabela abaixo mostra os índices por Região pesquisada:

Tabela 3
Índices por Região pesquisada

REGIÃO	PESO REGIONAL (%)	VARIÇÃO (%)			
		MENSAL		ACUMULADA	
		AGOSTO	SETEMBRO	ANO	12 MESES
Rio de Janeiro	10,16	0,66	0,39	4,16	4,56
Belo Horizonte	11,08	0,53	0,30	4,68	5,00
Goiânia	5,11	0,53	0,48	3,92	4,38
São Paulo	25,64	0,50	0,55	4,31	4,88
Brasília	2,26	0,48	0,52	3,42	3,96
Belém	6,94	0,38	0,01	3,28	3,29
Recife	7,13	0,37	0,42	4,10	4,54
Fortaleza	6,39	0,37	0,19	4,25	4,45
Salvador	10,59	0,36	0,67	3,74	4,43
Porto Alegre	7,54	0,14	0,54	3,86	4,41
Curitiba	7,16	0,02	0,68	3,92	5,38
Brasil	100,00	0,42	0,45	4,14	4,61

Fonte: IBGE

1.3 – IGPM – IGPM avança 0,65% em setembro, aponta FGV.

O Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M) registrou alta de 0,65% em setembro em relação a agosto, quando avançou 0,44%. Em 12 meses, o IGP-M elevou-se 7,46%, e no acumulado do ano o índice registra alta de 4,15%.

Todos os três grupos que compõem o índice registraram alta entre a leitura anterior e a atual: o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) apresentou crescimento de 0,74%, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) apresentou avanço de 0,59% e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) registrou aumento de 0,14%.

No IPA, o índice relativo aos bens finais subiu 0,31% em setembro, o que significa desaceleração em relação ao 1,11% de alta registrado em agosto. Contribuiu para a desaceleração, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), que apura o índice, o

subgrupo alimentos processados, que passou de alta de 3,77% para 0,82%. Excluindo-se os subgrupos alimentos in natura e combustíveis, o índice de bens finais registrou avanço de 0,29%, após alta de 1,37% em agosto.

O índice referente ao grupo bens intermediários registrou avanço de 0,13%, revertendo queda de 0,62% um mês antes. O subgrupo materiais e componentes para a manufatura registrou crescimento, ao passar de queda de 1,17% para alta de 0,11% entre agosto e setembro, sendo o principal responsável pela aceleração do grupo.

Já o índice de matérias-primas brutas registrou avanço de 2,04% em setembro, aumento em relação ao 1,51% de agosto.

No IPC, todas as sete classes de despesa componentes do índice registraram aceleração de preços entre agosto e setembro, com destaque para alimentação, que passou de alta de 0,31% para avanço de 0,95%. Os itens que mais influenciaram a taxa desta classe de despesa foram: hortaliças e legumes, que foi de queda de 4,70% para recuo de 2,74%, frutas, passando de alta de 4,51% para avanço de 6,42%, e carnes bovinas, que passou de aumento de 0,84% para avanço de 1,71% em igual intervalo de comparação.

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) registrou, em setembro, alta de 0,14%, abaixo do resultado de agosto, de 0,16%. Dois dos três grupos componentes do índice apresentaram desaceleração: a taxa do grupo serviços passou de 0,50% para 0,42%, enquanto a do grupo mão-de-obra recuou de 0,06% para 0,01% no mesmo intervalo. Em sentido inverso, o grupo materiais e equipamentos apresentou aceleração, tendo a taxa avançado de alta de 0,18% para crescimento de 0,23%.

O IGP-M é calculado com base nos preços coletados entre os dias 21 do mês anterior e 20 do mês de referência.

2 - INDICADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL:

2.1 - INCC-DI: Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-DI) teve leve aceleração de agosto para setembro.

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-DI) registrou em setembro taxa de variação de 0,14%, acima do resultado do mês anterior, 0,13%. No acumulado do ano de 2011, até o mês de setembro, o crescimento está em 6,37%. O resultado dos últimos 12 meses, situou-se em 7,68%, abaixo do resultado de agosto, 7,75%.

Os dois componentes do índice apresentaram variações diferenciadas: Materiais e Equipamentos e Serviços registraram um acréscimo de 0,28% em setembro, acima de 0,22% em agosto. A Mão-de-Obra teve um comportamento mais declinante, passou de 0,04% em agosto para 0,01% em setembro. As principais elevações individuais de preços do referido índice estão demonstrados no quadro 1, enquanto que os principais itens que apresentaram queda estão demonstrados no quadro 2.

Quadro 1

Grupos com maiores influências positivas nos resultados do INCC-DI no mês de Setembro/2011

Itens	Agosto (%)	Setembro (%)
Projetos	1,22	0,75
Refeição pronta no local de trabalho	0,20	1,18
Tinta a base de PVA	0,55	1,02
Tijolo/telha cerâmica	0,40	0,74
Elevador	0,23	0,41

Fonte: IBRE/FGV

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa

Quadro 2

Maiores influências negativas nos resultados do INCC-DI do mês de Setembro/2011

Itens	Agosto (%)	Setembro (%)
Condutores elétricos	0,45	-1,51
Placas cerâmicas para revestimento	0,38	-0,38
Argamassa	0,28	-0,04
Ladrilhos e placas para pisos	-0,35	-0,13
Tubos e conexões de PVC	0,29	-0,02

Fonte: Divisão de Gestão de Dados – IBRE/FGV

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa

Quadro 3

Evolução dos itens de dispêndios do INCC-DI mês de Setembro/2011

INCC – Todos os itens	Índice Base Ag/94=100	% Mês Anterior	% Mês	% Ano	% 12 Meses
Materiais, Equipamentos e Serviços	401,262	0,22	0,28	3,89	4,39
Mão-de-obra	593,550	0,04	0,01	8,96	11,18

Fonte: Divisão de Gestão de Dados – IBRE/FGV

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa

Quadro 4 Índices de Preços

Índices	Set/10	Out/10	Nov/10	Dez/10	Jan/11	Fev/11	Mar/11	Abr/11	Mai/11	Jun/11	Jul/11	Ago/11	Set/11
INCC-DI	<u>448.222</u>	<u>449.103</u>	<u>450.763</u>	<u>453.766</u>	<u>455.619</u>	<u>456.917</u>	<u>458.887</u>	<u>463.766</u>	<u>477.405</u>	<u>479.183</u>	<u>481.330</u>	<u>481.966</u>	<u>482.658</u>
%mês	<u>0,21</u>	<u>0,20</u>	<u>0,37</u>	<u>0,67</u>	<u>0,41</u>	<u>0,28</u>	<u>0,43</u>	<u>1,06</u>	<u>2,94</u>	<u>0,37</u>	<u>0,45</u>	<u>0,13</u>	<u>0,14</u>
%a.a.	<u>6,45</u>	<u>6,66</u>	<u>7,06</u>	<u>7,77</u>	<u>0,41</u>	<u>0,69</u>	<u>1,13</u>	<u>2,20</u>	<u>5,21</u>	<u>5,60</u>	<u>6,07</u>	<u>6,21</u>	<u>6,37</u>
%12m	<u>6,94</u>	<u>7,08</u>	<u>7,16</u>	<u>7,77</u>	<u>7,52</u>	<u>7,44</u>	<u>7,10</u>	<u>7,33</u>	<u>8,52</u>	<u>7,75</u>	<u>7,76</u>	<u>7,75</u>	<u>7,68</u>
CUB/99	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
%mês	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
%a.a.	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
%12m	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
IPCA	<u>3.126,29</u>	<u>3.149,74</u>	<u>3.175,88</u>	<u>3.195,89</u>	<u>3.222,42</u>	<u>3.248,20</u>	<u>3.273,86</u>	<u>3.299,07</u>	<u>3.314,58</u>	<u>3.319,55</u>	<u>3.324,86</u>	<u>3.337,16</u>	<u>3.354,85</u>
%mês	<u>0,45</u>	<u>0,75</u>	<u>0,83</u>	<u>0,63</u>	<u>0,83</u>	<u>0,80</u>	<u>0,79</u>	<u>0,77</u>	<u>0,47</u>	<u>0,15</u>	<u>0,16</u>	<u>0,37</u>	<u>0,53</u>
%a.a.	<u>3,60</u>	<u>4,38</u>	<u>5,25</u>	<u>5,91</u>	<u>0,83</u>	<u>1,64</u>	<u>2,44</u>	<u>3,23</u>	<u>3,71</u>	<u>3,87</u>	<u>4,04</u>	<u>4,42</u>	<u>4,97</u>
%12m	<u>4,70</u>	<u>5,20</u>	<u>5,63</u>	<u>5,91</u>	<u>5,99</u>	<u>6,01</u>	<u>6,30</u>	<u>6,51</u>	<u>6,55</u>	<u>6,71</u>	<u>6,87</u>	<u>7,23</u>	<u>7,31</u>
IGP-M	<u>436,423</u>	<u>440,829</u>	<u>447,206</u>	<u>450,301</u>	<u>453,875</u>	<u>458,397</u>	<u>461,249</u>	<u>463,311</u>	<u>465,311</u>	<u>464,463</u>	<u>463,927</u>	<u>465,968</u>	<u>468,975</u>
%mês	<u>1,15</u>	<u>1,01</u>	<u>1,45</u>	<u>0,69</u>	<u>0,79</u>	<u>1,00</u>	<u>0,62</u>	<u>0,45</u>	<u>0,43</u>	<u>-0,18</u>	<u>-0,12</u>	<u>0,44</u>	<u>0,64</u>
%a.a.	<u>7,89</u>	<u>8,98</u>	<u>10,56</u>	<u>11,32</u>	<u>0,79</u>	<u>1,80</u>	<u>2,43</u>	<u>2,89</u>	<u>3,33</u>	<u>3,15</u>	<u>3,03</u>	<u>3,48</u>	<u>4,15</u>
%12m	<u>7,77</u>	<u>8,81</u>	<u>10,27</u>	<u>11,32</u>	<u>11,50</u>	<u>11,30</u>	<u>10,95</u>	<u>10,60</u>	<u>9,77</u>	<u>8,65</u>	<u>8,36</u>	<u>8,00</u>	<u>7,46</u>
INPC	<u>3.215,09</u>	<u>3.244,67</u>	<u>3.278,09</u>	<u>3.297,76</u>	<u>3.328,76</u>	<u>3.346,74</u>	<u>3.368,83</u>	<u>3.393,09</u>	<u>3.412,43</u>	<u>3.419,94</u>	<u>3.419,94</u>	<u>3.434,30</u>	<u>3.449,76</u>
%mês	<u>0,54</u>	<u>0,92</u>	<u>1,03</u>	<u>0,60</u>	<u>0,94</u>	<u>0,54</u>	<u>0,66</u>	<u>0,72</u>	<u>0,57</u>	<u>0,22</u>	<u>0,00</u>	<u>0,42</u>	<u>0,45</u>
%a.a.	<u>3,80</u>	<u>4,75</u>	<u>5,83</u>	<u>6,47</u>	<u>0,94</u>	<u>1,49</u>	<u>2,16</u>	<u>2,89</u>	<u>3,48</u>	<u>3,70</u>	<u>3,70</u>	<u>4,14</u>	<u>4,61</u>
%12m	<u>4,68</u>	<u>5,39</u>	<u>6,08</u>	<u>6,47</u>	<u>6,53</u>	<u>6,36</u>	<u>6,31</u>	<u>6,30</u>	<u>6,44</u>	<u>6,80</u>	<u>6,87</u>	<u>7,40</u>	<u>7,30</u>
CUB/06	<u>806,19</u>	<u>806,99</u>	<u>810,72</u>	<u>814,36</u>	<u>817,07</u>	<u>820,20</u>	<u>822,38</u>	<u>826,40</u>	<u>828,61</u>	<u>830,53</u>	<u>831,49</u>	<u>832,80</u>	<u>872,70</u>
%mês	<u>3,78</u>	<u>0,10</u>	<u>0,46</u>	<u>0,45</u>	<u>0,33</u>	<u>0,38</u>	<u>0,27</u>	<u>0,49</u>	<u>0,27</u>	<u>0,23</u>	<u>0,12</u>	<u>0,16</u>	<u>4,79</u>
%a.a.	<u>6,08</u>	<u>6,19</u>	<u>6,68</u>	<u>7,16</u>	<u>0,33</u>	<u>0,72</u>	<u>0,98</u>	<u>1,48</u>	<u>1,75</u>	<u>1,98</u>	<u>2,10</u>	<u>2,26</u>	<u>7,16</u>
%12m	<u>9,28</u>	<u>6,64</u>	<u>6,86</u>	<u>7,16</u>	<u>7,33</u>	<u>7,42</u>	<u>7,29</u>	<u>7,45</u>	<u>7,33</u>	<u>7,30</u>	<u>7,37</u>	<u>7,20</u>	<u>8,24</u>
Sinapi(1)	<u>748,59</u>	<u>752,54</u>	<u>753,89</u>	<u>755,54</u>	<u>756,84</u>	<u>759,42</u>	<u>760,02</u>	<u>761,70</u>	<u>762,93</u>	<u>763,38</u>	<u>764,52</u>	<u>766,27</u>	<u>767,60</u>
%mês	<u>3,93</u>	<u>0,53</u>	<u>0,18</u>	<u>0,22</u>	<u>0,17</u>	<u>0,34</u>	<u>0,08</u>	<u>0,22</u>	<u>0,16</u>	<u>0,06</u>	<u>0,15</u>	<u>0,23</u>	<u>0,17</u>
%a.a.	<u>7,20</u>	<u>7,77</u>	<u>7,96</u>	<u>8,20</u>	<u>0,17</u>	<u>0,51</u>	<u>0,59</u>	<u>0,82</u>	<u>0,98</u>	<u>1,04</u>	<u>1,19</u>	<u>1,42</u>	<u>1,60</u>
%12m.	<u>11,04</u>	<u>8,31</u>	<u>8,16</u>	<u>8,20</u>	<u>8,38</u>	<u>7,53</u>	<u>7,21</u>	<u>7,14</u>	<u>7,04</u>	<u>6,49</u>	<u>6,33</u>	<u>6,38</u>	<u>2,53</u>
INCC-M	<u>448,892</u>	<u>449,587</u>	<u>451,215</u>	<u>453,876</u>	<u>455,562</u>	<u>457,333</u>	<u>459,350</u>	<u>462,793</u>	<u>472,203</u>	<u>478,935</u>	<u>481,768</u>	<u>482,518</u>	<u>483,199</u>
%mês	<u>0,20</u>	<u>0,15</u>	<u>0,36</u>	<u>0,59</u>	<u>0,37</u>	<u>0,39</u>	<u>0,44</u>	<u>0,75</u>	<u>2,03</u>	<u>1,43</u>	<u>0,59</u>	<u>0,16</u>	<u>0,14</u>
%a.a.	<u>6,3942</u>	<u>6,5538</u>	<u>6,9374</u>	<u>0,3700</u>	<u>0,37</u>	<u>0,76</u>	<u>1,21</u>	<u>1,96</u>	<u>4,04</u>	<u>5,52</u>	<u>6,15</u>	<u>6,31</u>	<u>6,46</u>
%12m.	<u>6,9377</u>	<u>6,9591</u>	<u>7,1513</u>	<u>7,4078</u>	<u>7,42</u>	<u>7,46</u>	<u>7,45</u>	<u>7,01</u>	<u>8,18</u>	<u>7,81</u>	<u>7,78</u>	<u>7,71</u>	<u>7,64</u>
Pavimentação	<u>230,031</u>	<u>231,428</u>	<u>232,889</u>	<u>234,004</u>	<u>234,561</u>	<u>235,167</u>	<u>235,222</u>	<u>236,103</u>	<u>235,835</u>	<u>235,548</u>
%mês	<u>0,61</u>	<u>0,63</u>	<u>0,48</u>	<u>0,24</u>	<u>0,26</u>	<u>0,02</u>	<u>0,37</u>	<u>-0,11</u>	<u>-0,12</u>
%a.a.	<u>0,61</u>	<u>1,24</u>	<u>1,73</u>	<u>1,97</u>	<u>2,23</u>	<u>2,26</u>	<u>2,64</u>	<u>2,52</u>	<u>2,40</u>
%12m.	<u>4,68</u>	<u>4,19</u>	<u>4,08</u>	<u>3,74</u>	<u>2,99</u>
Terraplenagem	<u>203,102</u>	<u>203,313</u>	<u>203,917</u>	<u>204,429</u>	<u>204,707</u>	<u>206,006</u>	<u>206,259</u>	<u>207,198</u>	<u>207,357</u>	<u>209,015</u>
%mês	<u>0,10</u>	<u>0,30</u>	<u>0,25</u>	<u>0,14</u>	<u>0,63</u>	<u>0,12</u>	<u>0,46</u>	<u>0,08</u>	<u>0,80</u>
%a.a.	<u>0,10</u>	<u>0,40</u>	<u>0,65</u>	<u>0,79</u>	<u>1,43</u>	<u>1,55</u>	<u>2,02</u>	<u>2,10</u>	<u>2,91</u>
%12m.	<u>3,08</u>	<u>2,79</u>	<u>3,03</u>	<u>2,87</u>	<u>3,17</u>

Fonte: IBGE, FGV e Sinduscon – PA.

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

(--) ABNT 12.721:06 não permitiu divulgação dos índices do C.U.B./99.

(1) Sinapi/Pa-IBGE.

... Dados indisponíveis

Quadro 5
Índices de Preços

Índices	Ago/09	Set/09	Out/09	Nov/09	Dez/09	Jan/10	Fev/10	Mar/10	Abr/10	Mai/10	Jun/10	Jul/10	Ago/10
INCC-DI	418.528	419.147	419.405	420.635	421.051	423.774	425.268	428.476	432.079	439.914	444.718	446.688	447.996
%mês	-0,05	0,15	0,06	0,29	0,10	0,64	0,36	0,75	0,84	1,81	1,09	0,62	0,22
%a.a.	2,63	2,78	2,84	3,15	3,25	0,64	1,00	1,76	2,72	4,48	5,62	6,09	6,18
%12m	5,10	4,27	3,53	3,32	3,25	3,56	3,66	4,71	5,63	6,07	6,48	6,67	6,80
CUB/99	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
%mês	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
%a.a.	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
%12m	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
IPCA	2.978,68	2.985,83	2.994,19	3.006,37	3.017,59	3.040,22	3.063,93	3.079,86	3.097,42	3.110,74	3.110,74	3.111,05	3.112,29
%mês	0,15	0,24	0,28	0,41	0,37	0,75	0,78	0,52	0,57	0,43	0,00	0,01	0,04
%a.a.	2,97	3,21	3,50	3,93	4,31	0,75	1,54	2,06	2,65	3,09	3,09	3,10	3,14
%12m	4,36	4,34	4,17	4,22	4,31	4,59	4,83	5,17	5,26	5,22	4,84	4,60	4,49
IGP-M	403.253	404.945	405.129	405.548	404.499	407.049	411.843	415.734	418.917	423.885	427.489	428.150	431.445
%mês	-0,36	0,42	0,05	0,10	-0,26	0,63	1,18	0,94	0,77	1,19	0,85	0,15	0,77
%a.a.	-2,02	-1,61	-1,57	-1,46	1,72	0,63	1,82	2,78	3,56	4,79	5,68	5,85	6,66
%12m	-0,71	-0,40	-1,31	-1,59	1,72	-0,67	0,24	1,94	2,88	4,18	5,17	5,79	6,99
INPC	3.066,41	3.071,32	3.078,69	3.090,08	3.097,50	3.124,76	3.146,63	3.168,97	3.192,10	3.205,83	3.202,30	3.200,30	3.197,82
%mês	0,08	0,16	0,24	0,37	0,24	0,88	0,70	0,71	0,73	0,43	-0,11	-0,07	-0,07
%a.a.	3,07	3,23	3,48	3,86	4,11	0,88	1,59	2,31	3,05	3,50	3,38	3,31	3,24
%12m	4,44	4,45	4,18	4,17	4,11	4,36	4,77	5,30	5,49	5,31	4,76	4,44	4,29
CUB/06	734,71	737,70	756,77	758,66	759,97	761,29	763,56	766,51	769,11	772,00	774,02	774,42	776,85
%mês	-0,03	0,41	2,59	0,25	0,17	0,17	0,30	0,39	0,34	0,38	0,26	0,05	0,31
%a.a.	0,66	1,07	3,70	3,95	4,13	0,17	0,47	0,86	1,20	1,58	1,85	1,90	2,22
%12m	6,47	2,08	3,08	4,64	4,13	3,99	2,57	3,27	3,41	4,46	4,75	5,38	5,74
Sinapi-Pa	672,61	674,18	694,83	697,00	698,31	699,84	706,19	708,92	710,89	712,64	716,77	718,94	720,27
%mês	0,54	0,23	3,06	0,33	0,19	0,22	0,91	0,39	0,28	0,25	0,58	0,30	0,18
%a.a.	2,59	2,83	5,98	5,28	6,51	0,22	1,13	1,52	1,80	2,05	2,64	2,95	3,14
%12m	9,71	8,96	7,74	5,93	6,51	6,56	6,34	6,50	6,73	6,93	7,36	7,46	7,09
INCC-M	427.498	432.491	436.499	444.243	446.992	447.996
%mês	0,45	1,17	0,93	1,77	0,62	0,22
%a.a.	1,3257	2,5113	3,4646	5,2959	5,9488	6,1819
%12m	4,1164	5,3451	6,0597	6,3104	6,5752	6,7990
Pavimen tação	222,272	223,216	223,430	223,953	224,656	225,761	226,847	...
%mês	0,42	0,10	0,23	0,31	0,49	0,48	...
%a.a.
%12m
Terraple nagem	196,701	197,936	198,625	198,743	199,855	200,668	201,114	...
%mês	0,63	0,35	0,06	0,56	0,41	0,22	...
%a.a.
%12m

Fonte: IBGE, FGV e Sinduscon – PA.

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

(---) ABNT 12.721:06 Não permiti divulgação dos índices do C.U.B./99.

... Dados indisponíveis

2.2 - CUB – Custo da Construção Civil, no Estado do Pará, medido pelo CUB acelera e aumenta 4,79% no mês de setembro, acima de 0,16% no mês de agosto.

O Custo Unitário Básico da Construção Civil no Estado do Pará teve um forte crescimento de 4,79% no mês de setembro, acima do crescimento de agosto, 0,16%. A aceleração é decorrente do aumento da mão-de-obra, 11,61%.

Dos três componentes do CUB, os Materiais e Equipamentos praticamente permaneceram estáveis com variação de -0,14%, inferior ao crescimento de 0,28% em agosto. As Despesas Administrativas também permaneceram estáveis, enquanto que os custos com Mão-de-obra evoluíram com 11,61%. O crescimento elevado se deve a correção dos salários dos trabalhadores da Construção Civil do estado do Pará.

A média ponderada entre os três itens resultou na variação de 4,79% do CUB, representativo da Construção paraense que neste mês ficou em R\$ 872,70 por m². No acumulado do ano, o C.U.B registra alta de 7,16%. Nos últimos 12 meses encerrados em setembro a variação é de 8,24%.

Entre os produtos pesquisados para o cálculo do C.U.B as mais expressivas elevações de preços na Construção Civil em agosto no Estado do Pará foram apurados nos seguintes itens:

- 1) Bancada de pia de mármore branco 2,00 m x 0,60 x 0,02 m, com alta de 0,44%.
- 2) Porta interna semi-oca para pintura 0,60 x 2,10 m, com elevação de 0,29%.
- 3) Brita n° 02, com 0,23%.
- 4) Bloco de concreto sem função estrutural 19 x 19 x 39 cm, com aumento de 0,21%.

Com influências negativas foram registrados os seguintes materiais:

- 1) Registro de pressão cromado \varnothing 1/2", com -1,18%.
- 2) Areia média, com -0,94%.
- 3) Fio de cobre antichama, isolamento 750 V, # 2,5 mm², com -0,89%.
- 4) Disjuntor tripolar 70 A, com -0,44%.

Quadro 6 Estado do Pará Indicadores da Construção Civil Variações anual e em 12 meses Setembro/2011

Indicadores da Construção Civil	Variação (%) no ano	Variação (%) em 12 meses
CUB-Pa	7,16	8,24
INCC-DI	6,37	7,68
SINAPI-PA	1,60	2,53
INCC-M	6,46	7,64

Fontes: Sinduscon – PA, FGV e IBGE.

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa FGV.

O CUB é o índice oficial que reflete a variação dos custos da Indústria da Construção Civil no Estado do Pará, calculado e divulgado mensalmente pelo Sinduscon-Pa, de acordo com a Lei 4.591 e com a Norma Técnica da ABNT NBR 12721:06 e tem como objetivo a produção de informações de custos da Construção Civil no Estado do Pará, de forma sistematizada. Os custos correspondem aos valores

do metro quadrado da construção para os diversos padrões estabelecidos pela ABNT 12721:06 e são utilizados pelo INSS para emissão do CND das obras da construção civil, bem como também, pelas empresas para o preenchimento da documentação do Memorial de Incorporação a ser apresentado ao Cartório de Registro de Imóveis. Além da possibilidade de utilizá-lo como importante indicador para análise macroeconômica da Indústria da Construção Civil no Estado do Pará.

Quadro 7
Dispêndios do CUB
Comparativo: Setembro / Agosto 2011

DESPESAS	Setembro 2011	% No Mês	Acumulado em 2011
MÃO-DE-OBRA	389,56	11,61	11,61
MATERIAIS e EQUIPAMENTOS	466,20	-0,14	3,61
DESP. ADMINISTRATIVAS	16,94	0,00	10,00
TOTAL GERAL	872,70	4,79	7,16

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

Fonte: Sinduscon-Pa

Quadro 8
Evolução dos Custos Unitários Básicos da Construção Civil
Estado do Pará - NBR 12.721/06

Setembro/2011

Projetos	Padrão de Acabamento	Código	Setembro	(%) no Mês	(%) no ano
Residenciais					
R – 1 (Res. Unifamiliar)	Baixo	R 1 – B	883,80	4,25	6,79
	Normal	R 1 – N	1.034,98	5,13	7,88
	Alto	R 1 – A	1.303,09	4,40	7,81
PP (Prédio Popular)	Baixo	PP 4 – B	844,28	3,67	5,75
	Normal	PP 4 – N	980,62	4,74	7,18
R – 8 (Res. Multifamiliar)	Baixo	R 8 – B	808,68	3,59	5,54
	Normal	R 8 – N	872,70	4,79	7,16
	Alto	R 8 – A	1.068,95	4,10	7,11
R – 16 (Res. Multifamiliar)	Normal	R 16 – N	845,53	4,75	7,05
	Alto	R 16 – A	1.126,50	4,39	6,45
PIS (Proj. de Inter. Social)		PIS	594,04	4,27	6,49
RP1Q (Res. Popular)		RP1Q	879,45	5,80	7,65
Comerciais					
CAL-8 (Com. Andar Livre)	Normal	CAL – 8 N	1.010,86	4,60	6,83
	Alto	CAL – 8 A	1.083,97	4,33	6,74
CSL – 8 (Com. Salas e Lojas)	Normal	CSL 8 – N	874,81	4,80	6,91
	Alto	CSL 8 – A	953,66	4,53	6,84
CSL – 16 (Com. Salas e Lojas)	Normal	CSL 16 – N	1.168,29	4,78	6,86
	Alto	CSL 16 – A	1.272,06	4,51	6,81
GI (Galpão Industrial)		GI	513,02	4,52	6,59

FONTE: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/SINDUSCON-PA

* Não foram incluídos os itens descritos na seção 8.35 da NBR 12.721/06

* Mão-de-obra com encargos sociais

* Os algarismos 1, 4, 8, 16 indicam o número de pavimentos

* Baixo, Normal e Alto são padrões de acabamento

Discriminação dos projetos-padrões, de acordo com a ABNT NBR: (12.721:2006)

- **Residencial Unifamiliar**

R1-B – Residencial Padrão Baixo: Residência com 1 pavimento, composta de dois dormitórios.

R1-N – Residencial Padrão Normal: Residência com 1 pavimento, composta de três dormitórios.

R1-A – Residencial Padrão Alto: Residência com 1 pavimento, composta de quatro dormitórios.

RP1Q – Residencial Popular: Residência com 1 pavimento composta de um dormitório.

- **Residencial multifamiliar**

PIS – Projeto de Interesse social: Edifício com quatro pavimentos tipo.

PP4-B – Prédio Popular: Edifício com três pavimentos tipos.

PP4-N – (Padrão Normal): Edifício com quatro pavimentos tipo.

- **Residencial multifamiliar**

R8-B – Padrão Baixo: Edifício com sete pavimentos tipo.

R8-N – Padrão Normal: Edifício com 8 pavimentos tipo.

R8-A – Padrão Alto: Edifício com 8 pavimentos tipos.

R16-N – Padrão Normal: Edifício com 16 pavimentos tipo.

R16-A – Padrão Alto: Edifício com 16 pavimentos tipo.

- **Edificação Comercial**

CSL-8 – Comercial Salas e Lojas: Edifício com 8 pavimentos tipo.

CSL-16 – Comercial Salas e Lojas: Edifício com 16 pavimentos tipo.

CAL-8 – Comercial Andar Livre: Edifício com oito pavimentos tipo.

- **Galpão Industrial (GI)**

Galpão com área administrativa, dois banheiros, um vestiário e um depósito.

Quadro 9**CUB: Evolução dos custos de Materiais e de Mão-de-Obra
Estado do Pará – Set/2009 a Set/2011**

ÍNDICE	CUB PONDERADO			MÃO-DE-OBRA		MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	DESP. ADM
	Mês/Ano	Valor/m ²	Variação	Variação	Valor/m ²		
	R\$	Mensal	Em 12 meses	R\$	% (mês)		
Set/09	737,70	0,41	2,08	294,48	-0,33	423,23	14,52
Out/09	756,77	2,59	3,08	318,86	8,28	424,67	13,24
Nov/09	758,66	0,25	4,64	318,22	-0,20	427,04	13,40
Dez/09	759,97	0,17	4,13	318,22	0,00	427,44	14,30
Jan/10	761,29	0,17	3,99	318,22	0,00	428,57	14,49
Fev/10	763,56	0,30	2,57	318,22	0,00	430,31	15,03
Mar/10	766,51	0,39	3,27	318,22	0,00	433,26	15,03
Abr/10	769,11	0,34	3,41	318,22	0,00	435,54	15,35
Mai/10	772,00	0,38	4,46	318,22	0,00	438,37	15,41
Jun/10	774,02	0,26	4,75	318,22	0,00	440,32	15,48
Jul/10	774,42	0,05	5,38	318,22	0,00	440,58	15,62
Ago/10	776,85	0,31	5,74	318,22	0,00	443,02	15,61
Set/10	806,19	3,78	9,28	348,36	9,47	442,23	15,60
Out/10	806,99	0,10	6,64	348,36	0,00	443,27	15,61
Nov/10	810,72	0,46	6,86	348,36	0,00	443,27	16,34
Dez/10	814,36	0,45	7,16	349,01	0,19	449,95	15,40
Jan/11	817,07	0,33	7,33	349,01	0,00	452,58	15,58
Fev/11	820,20	0,38	7,42	349,01	0,00	455,29	15,90
Mar/11	822,38	0,27	7,29	349,01	0,00	457,58	15,79
Abr/11	826,40	0,49	7,81	349,01	0,00	461,46	15,93
Mai/11	828,61	0,27	7,33	349,01	0,00	463,08	16,52
Jun/11	830,53	0,23	7,30	349,01	0,00	464,61	16,92
Jul/11	831,49	0,12	7,37	349,01	0,00	465,57	16,91
Ago/11	832,80	0,16	7,20	349,01	0,00	466,86	16,94
Set/11	872,70	4,79	8,24	389,56	11,61	466,20	16,94

Fonte: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/SINDUSCON-PA

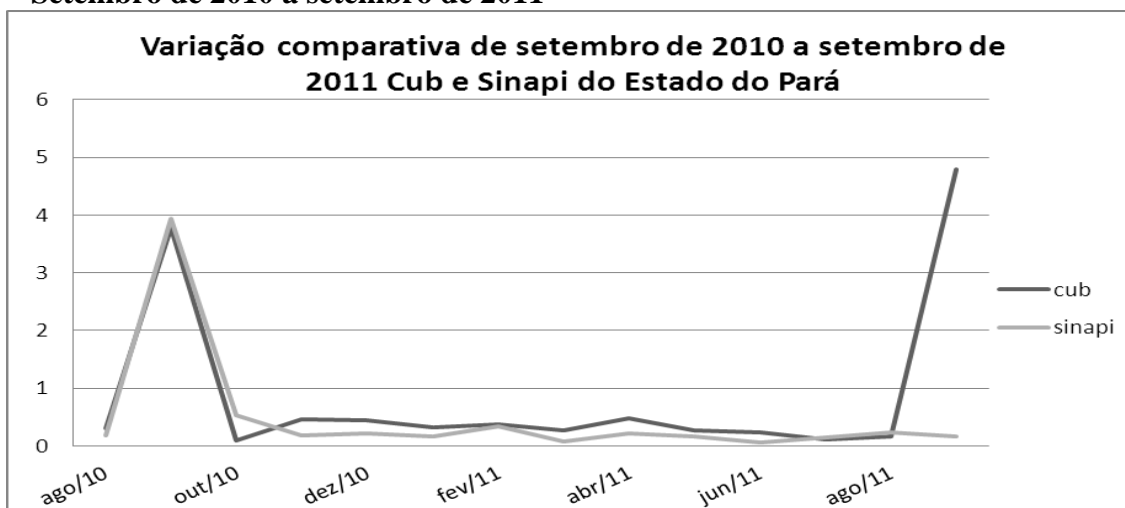
2.3 – SINAPI: Índice Nacional da Construção Civil (SINAPI) no Estado do Pará teve desaceleração de agosto para setembro, em decorrência de não ter sido utilizado a correção dos salários dos trabalhadores da Construção Civil em setembro.

O Índice Nacional da Construção Civil (SINAPI) do IBGE teve uma desaceleração do mês de agosto (0,23%) para 0,17% em setembro, diferente do CUB que teve um aumento de 4,79% no mês de setembro, em comparação com agosto. A diferença é consequente de o CUB ter sido calculado com a correção dos salários dos trabalhadores da Construção no Estado do Pará no mês de setembro, o que não se verificou no cálculo do SINAPI.

A variação acumulada do SINAPI no Pará no ano, até o mês de setembro, é de 1,60%, acima do acumulado até agosto, 1,42%.

O custo por m² do SINAPI no Estado do Pará, que em agosto fechou em R\$ 766,27 passou para R\$ 767,60.

Figura 2
Estado do Pará
Setembro de 2010 à setembro de 2011



Fontes: IBGE e Sinduscon/Pa

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa

3 - CONJUNTURA:

3.1 – Desaceleração da economia aponta redução da taxa de juro.

Nos últimos meses, assistiu-se a grande deterioração do cenário externo. As crescentes dúvidas quanto à recuperação da economia americana e o aprofundamento da crise europeia mostram um cenário de esfriamento além do esperado da atividade econômica neste segundo semestre, especialmente na indústria de transformação, que tem sido o elo fraco da cadeia de crescimento recente no Brasil. Entre julho e agosto, contrariando previsão de aumento, a produção industrial caiu 0,2% e os dados parciais antecipam que uma queda mais robusta deve ter ocorrido (algo entre 0,9% e 1,5%) em setembro. No importante setor automobilístico, a queda de produção foi de 10% entre agosto e setembro (dessazonalizado) e nem por isso os estoques caíram.

Da mesma forma, a média diária de importação de bens de capital, um importante indicador antecedente da produção futura, recuou 13,7% em setembro e talvez já reflita as expectativas empresariais menos otimistas quanto ao investimento.

Em agosto, as vendas no varejo registraram uma queda de -0,4% e receita nominal 0,3%, em relação ao mês anterior, resultando numa interrupção de um trimestre de crescimento onde o comércio varejista teve alta de 11,80%, frente a igual período de 2010. Considerando sempre a comparação com iguais períodos de 2010, as vendas dos materiais de construção que cresceram 13,4% no mês de junho, evoluíram com menor ritmo de crescimento em julho 6,4% e 6,6% no mês de agosto.

Segundo o IBGE, o crescimento mais moderado pode estar associado ao agravamento da crise na zona do euro e nos Estados Unidos que estariam influenciando a confiança do consumidor para gastos de prazos mais longos como, por exemplo, construção, compra e reforma de imóveis.

Por tudo isso, é prudente rever para baixo as projeções de crescimento do PIB. Embora os resultados ainda não estejam fechados, para 2011 é provável que a taxa caia dos atuais 3,7% para 3,5%, e para 2012, a direção da revisão deve ser a mesma.

É claro que a desaceleração interna, acoplada a um quadro internacional negativo e mesmo ameaçador, reforça a intenção já revelada pelo Governo Dilma de promover novas reduções da taxa básica de juro. Após ser reduzida para 11,5% em 20.10, é possível vislumbrar um cenário onde a Selic deverá se situar em 10% ao ano no primeiro trimestre de 2012. É até possível que este corte seja acelerado ou até mesmo ampliado, se a economia prosseguir em seu atual curso de esfriamento.

Entretanto, deve-se ressaltar que a despeito do fraco desempenho da produção industrial, motivado, principalmente, pelo câmbio apreciado, o nível de atividade no setor de serviços continua forte. Esse “descolamento” entre os dois setores deve prosseguir e é ele que tem feito do setor terciário o responsável pela manutenção da inflação acima do teto da meta até aqui.

Nada indica que essa pressão de demanda para os “*nontradeables*” (serviços) vá se reduzir rapidamente nos próximos meses, o que produz um cenário preocupante para a inflação no curto e mesmo no médio prazo. De fato, o governo já ingressou numa política de expansão monetária em 2011 e já “contratou” uma política de expansão fiscal em 2012, haja visto o aumento do salário-mínimo e a retomada de contratações no serviço público.

Esta combinação de expansão monetária e expansão fiscal não é compatível com a convergência da inflação para algo próximo da meta no ano que vem.

3.2 – Investimentos na Amazônia somam R\$ 212 bilhões até 2020: O governo federal e o setor privado inauguram um novo ciclo de desenvolvimento e ocupação de desenvolvimento da Amazônia Legal.

O governo federal e o setor privado inauguram um novo ciclo de desenvolvimento e ocupação de desenvolvimento da Amazônia Legal, onde vivem 24,4 milhões de pessoas, e que segundo o IBGE tem uma baixa participação (8%) no PIB brasileiro. O plano cria saída para o agronegócio exportador e uma estrutura para geração de energia e exploração mineral (Folha de São Paulo, 16.10.2011).

O pacote de investimentos para os nove estados da região até 2020 soma R\$ 212,0 bilhões e que tem como fonte o PAC e investimentos privados e equivale a duas vezes o investimento da Petrobrás para o pré-sal.

O conjunto de investimentos é formado por obras de infraestrutura (energia e transportes) e mineração. No conjunto criarão condições para as instalações de indústrias e possibilitarão um corredor de exportação, constituído de uma malha logística integrada por rodovias, ferrovias e hidrovias, que vai de Porto Velho, passando pelos Estados do Amazonas, Pará e Maranhão.

Essa malha logística permitirá a redução substancial do custo do transporte entre as áreas de produção agrícola e o porto. Atualmente a tonelada de grão exportado é de U\$ 85,00, enquanto que na Argentina e nos Estados Unidos é de U\$ 20,00 e U\$ 23,00 respectivamente.

O setor elétrico é a força motriz desse conjunto de investimentos. As principais hidrelétricas planejadas pelo Governo Federal serão instaladas na região o que permitirá viabilizar as hidrovias. Fazem parte desse conjunto as hidrelétricas de Belo Monte, Jirau, Santo Antônio, Teles Pires e o Complexo Tapajós.

Implantados esses projetos, a Amazônia participará com 23% da geração de energia em 2020 – atualmente representa 10%.

3.3 - Vale confirma disposição de concluir a ALPA, no Pará.

Segundo entrevista a Folha de São Paulo (16.10.2011) o Presidente da Vale, Murilo Ferreira, disse que “a usina siderúrgica ALPA, no Pará, está indo, pois a terraplanagem está praticamente terminando. Falta muito, mas a disposição da Vale continua a mesma, ou seja, muito forte para fazer”.

O quadro abaixo mostra os investimentos públicos e privados até 2020 em setores produtivos e em infraestrutura econômica.

Investimentos por setor (em R\$ bilhões)	
1) Hidrelétrica	R\$ 83,00
2) Mineração*	R\$ 53,70
3) Petróleo e Gás	R\$ 49,00
4) Linhas de Transmissão	R\$ 12,30
5) Rodovias	R\$ 6,90
6) Ferrovias	R\$ 4,80
7) Hidrovias	R\$ 2,00
8) Portos	R\$ 0,40

Fonte: PAC e Estados, Macrologística, CNA e Folha de São Paulo, 16.10.2011.

* Investimentos privados

4. NÍVEL DE ATIVIDADE DA CONSTRUÇÃO:

4.1 – Consumo de energia na Construção Civil em Belém cresce 3,35% nos sete primeiros meses do ano.

O consumo de energia elétrica da Indústria da Construção Civil em Belém no período de janeiro a julho de 2011 aumentou 3,35% em comparação com o mesmo intervalo de tempo de 2010 e atingiu 1.498.092 kWh, segundo informações da Rede Energia.

Em julho, o consumo de energia elétrica da Construção Civil em Belém teve uma leve redução de 0,85%, alcançando 1.498.092 kWh, o que caracteriza uma relativa estabilidade, apesar da desaceleração da atividade econômica.

O principal aumento do consumo nos sete primeiros meses do ano foi da classe de consumo Obras de Acabamento 162,24%, atingindo 86.212 kWh. Esse segmento também apontou crescimento de 20,66% no mês de julho ante junho de 2011.

O declínio das chuvas e o aumento do ritmo da Construção Civil influencia o consumo do referido segmento. A classe de consumo Construção de Edifícios apontou um leve declínio de 0,11% no consumo de energia elétrica nos sete primeiros meses do ano, em relação ao mesmo intervalo de tempo de 2010 e atingiu 1.404.537 kWh.

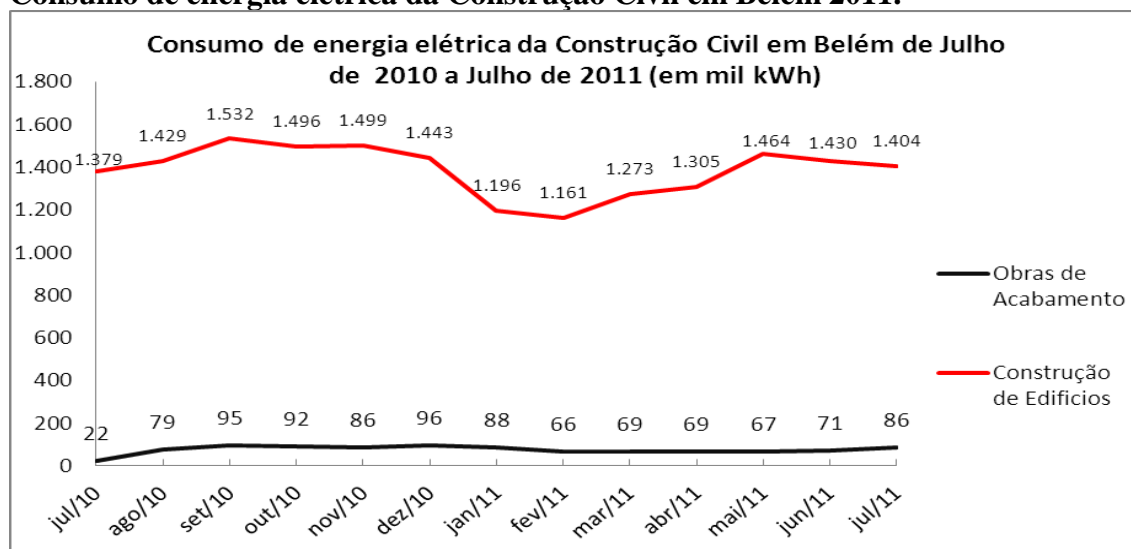
Quadro 10
Consumo de Energia Elétrica da Construção Civil
Mês de Julho de 2011 – Belém

Classes de consumo	Consumo Faturado (kWh) Julho/11	Var. no mês %	Var. no ano %	Por ordem no CNAE (...)
Construção de Edifícios, Obras Eng. Civil	1.404.537	-1,81	-0,11	2º
Obras de acab. e Serviços auxiliares da construção	86.212	20,66	162,24	5º
Obras de Instalações	2.287	-10,27	-0,34	4º
Preparação de Terreno	5.056	-22,84	508,82	1º
Total	1.498.092	-0,85	3,35	

Fonte: Rede Celpa

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística /Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.
 (...) Classificação Nacional das Atividades Econômicas

Figura 3
Estado do Pará
Consumo de energia elétrica da Construção Civil em Belém 2011.



Fonte: Rede Celpa

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

4.2 - Mercado imobiliário:

4.2.1 – Informações da Seurb apontam que a produção imobiliária de Belém, nos nove primeiros meses do ano, passa por um processo de ajuste em patamar elevado.

Nos nove primeiros meses do ano, a produção imobiliária do município de Belém cresceu 49,78%, em comparação com o mesmo intervalo de tempo do ano anterior. O referido crescimento é inferior ao registrado nos oito meses imediatamente anteriores, 59,77%, em relação ao mesmo período do ano anterior, embora se trate de

um ajuste em relação a grande aceleração registrada no ano passado, aponta um ritmo de crescimento bastante forte, evidenciando que o setor da Construção continua sendo um dos líderes do padrão de crescimento da economia paraense.

Quadro 11
Produção Imobiliária (1)
Belém
Setembro de 2011

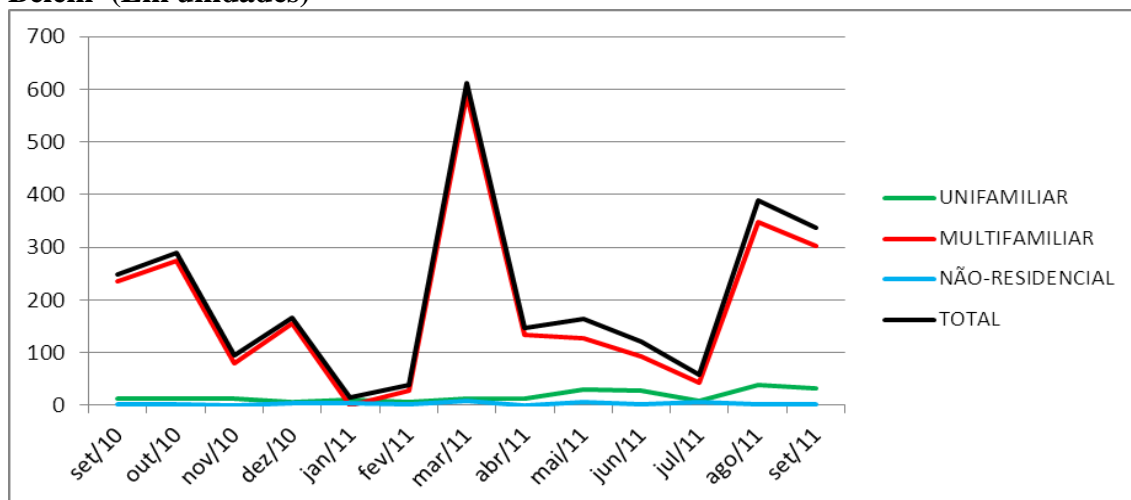
Unidades Habitacionais	Set/11	Ago/11	%	Até Setembro/11	Até Setembro/10	%
Unifamiliar	33	38	15,15	181	92	96,73
Quant. M ²	6.779,94	6.457,71	-4,75	34.371,85	16.846,16	104,03
Multifamiliar	302	348	-13,21	1.665	906	83,77
Quant. M ²	57.078,06	120.271,91	-52,54	368.923,32	178.698,79	106,44
Total Quant.	335	386	-13,21	1.846	998	84,96
Total M²	63.858,00	126.729,62	-49,61	403.295,17	195.544,95	162,41
Não Residencial	03	02	50,0	37	33	12,12
Quant. M ²	2.393,98	1.669,96	43,35	42.946,87	44.663,74	-3,84
Lotes Quant. M ²	---	---	---	---	57.708,58	---
Total Quant.	338	388	12,88	1.883	1.216	54,85
Total M²	66.251,98	128.399,58	-48,40	446.242,04	297.917,27	49,78

Fonte: SEURB (Secretaria Municipal de Urbanismo)

(1) Com base nos certificados de Habite-se emitidos pela SEURB – Belém

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística /Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

Figura 4
Produção Imobiliária com base nos certificados de Habite-se emitidos pela SEURB
Período: Setembro de 2010 à Setembro de 2011
Belém (Em unidades)



Fonte: SEURB – Secretaria Municipal de Urbanismo de Belém

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

4.2.2 – Área regularizada pelo CREA dos empreendimentos da Construção Civil nos nove primeiros meses do ano é superior ao mesmo indicador do ano passado.

Até o mês de setembro de 2011, as áreas liberadas pelo CREA para a Indústria da Construção Civil no Estado, atingiram 4.811.547,47 m² nos nove primeiros meses do ano, com crescimento de 14,0% em comparação com o mesmo período de tempo de 2010.

Teve destaque a Inspeção de Belém, com expansão de 195,15% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em seguida, os municípios de Marabá (182,0%), Paragominas (21,0%) e Santarém (117,8%).

Outros municípios apresentaram queda em comparação com o mesmo intervalo de tempo do ano de 2010, Ananindeua (-64,0%), Barcarena (-29,0%) e Parauapebas (-65,0%).

Quadro 12

Total (em m²) dos empreendimentos da Construção Civil regularizados pelo CREA-Pa. Período de 2007 a 2011.

Mês de Setembro.

Inspetorias	2007 M ²	2008 M ²	2009 M ²	2010 M ²	2011 M ² (1)
Altamira	23.396,36	17.529,53	62.367,86	112.090,89	89.683,74
Ananindeua	85.679,66	267.890,79	275.258,84	1.325.419,66	550.379,96
Barcarena	105.798,88	467.613,41	89.009,89
Belém	547.072,60	854.542,19	1.417.098,89	2.355.364,91	2.476.012,32
Capanema	44.681,32	141.810,87	227.132,73	74.464,39	78.528,96
Castanhal	18.350,07	103.003,62	99.129,08	300.779,21	205.366,06
Marabá	46.344,89	182.748,70	183.921,91	600.698,90	247.485,46
Oriximiná	41.911,40	99.142,59
Paragominas	19.508,03	42.053,78	132.072,76	245.381,18	118.172,71
Parauapebas	133.658,99	253.635,43	328.933,90	369.030,90	280.688,79
Santarém	114.412,41	138.003,39	130.109,48	296.822,83	192.813,85
Tucuruí	68.729,74	74.917,36	63.460,66	75.858,32	47.928,14
Outros	53.646,17	282.607,00	304.950,40	1.391.062,09	336.362,00
Total anual	1.110.798,92	2.358.742,66	3.330.234,97	7.656.498,09	4.811.574,47

Fonte: CREA - PA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Pará.

(<http://www.creapa.com.br/creapa/estatistica/artempreendimentos.aspx>)

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/SINDUSCON-PA

(1) Até 07/10/2011

Quadro 13

Estado do Pará.

Participação Relativa das Inspetorias no montante dos empreendimentos da Construção Civil regularizados pelo CREA-PA.

Período: 2007 a 2011

INSPETORIAS	PART. RELATIVA 2007 %	PART. RELATIVA 2008 %	PART. RELATIVA 2009 %	PART. RELATIVA 2010 %	PART. RELATIVA 2011 %
Altamira	2,11	0,74	1,87	1,46	1,86
Ananindeua	7,71	11,36	8,27	17,31	11,44
Barcarena	3,18	6,11	1,85
Belém	49,25	36,23	42,55	30,76	51,46
Capanema	4,02	6,01	6,82	0,97	1,63
Castanhal	1,65	4,37	2,98	3,93	4,27
Marabá	4,17	7,75	5,52	7,85	5,14
Oriximiná	0,55	2,06
Paragominas	1,76	1,78	3,97	3,20	2,46
Parauapebas	12,03	10,75	9,88	4,82	5,83
Santarém	10,30	5,85	3,91	3,88	4,01
Tucuruí	6,19	3,18	1,91	0,99	1,00
Outros	0,81	11,98	9,16	18,17	6,99
TOTAL ANUAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: CREA - PA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Pará.

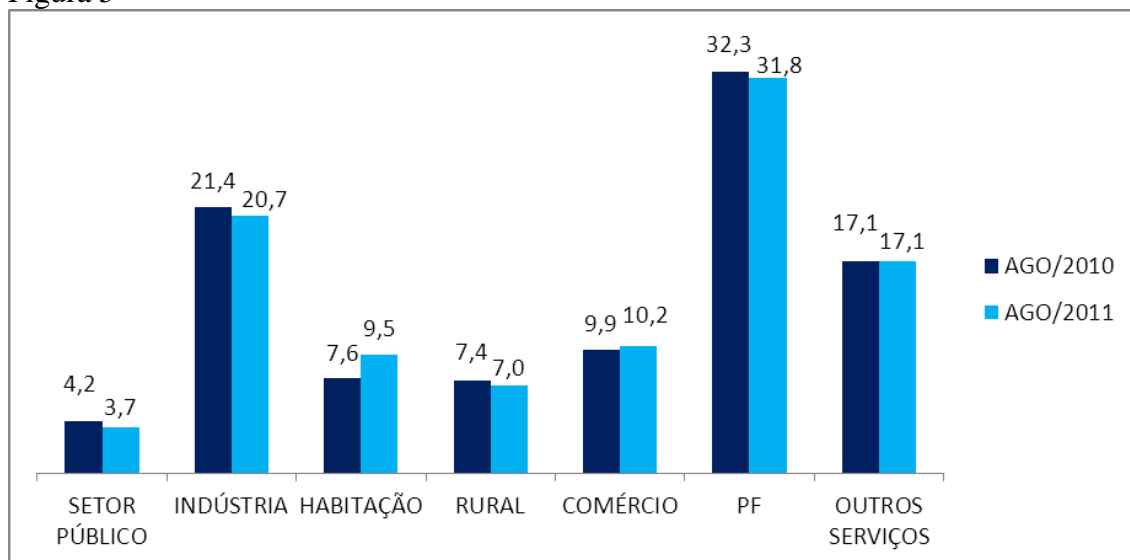
Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon - Pará.

(1) Até 07/10/2011

4.3 – Aumento dos financiamentos habitacionais no ano puxam as operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional.

A expansão do crédito bancário ocorreu de forma mais acentuada nas operações com recursos direcionados, impulsionadas, principalmente, pelo crédito habitacional.

Figura 5



Fonte: Banco Central do Brasil

No ano até agosto o saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional, envolvendo recursos direcionados totalizou R\$662,3 bilhões em agosto, com crescimento de 5,7% no trimestre e 22,2% em doze meses. Os financiamentos habitacionais, com recursos da Caderneta de Poupança e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), somaram R\$168,7 bilhões, elevando-se 11,1% e 47,1%, respectivamente, nas bases de comparação mencionadas. Considerando-se apenas as operações lastreadas em recursos da Caderneta de Poupança, os desembolsos acumulados de janeiro a maio somaram R\$16,7 bilhões, superando em 42,1% o valor registrado em igual período do ano anterior. Computados recursos livres e direcionados, a relação crédito habitacional/PIB situou-se em 4,6% em agosto, ante 4,2% em maio.

Tabela 4

Créditos com recursos direcionados

R\$ bilhões

Discriminação	2011				Variação (%)	
	mai	jun	jul	ago	3 meses	12 meses
Total	626,6	635,6	647,0	662,3	5,7	22,2
BNDES	368,4	371,7	378,1	385,0	4,5	14,9
Direto	179,4	180,9	184,1	187,9	4,7	9,1
Repasses	189,0	190,8	194,0	197,1	4,3	21,1
Rural	91,9	92,3	91,3	93,7	2,0	17,0
Bancos e agências	86,4	87,0	86,1	88,2	2,1	16,4
Cooperativas	5,4	5,3	5,2	5,5	0,7	27,5
Habitação	151,8	157,0	162,9	168,7	11,1	47,1
Outros	14,5	14,6	14,6	14,9	2,6	19,7

Fonte: Banco Central do Brasil

4.3.1 - Contratação de unidades habitacionais no Programa Minha Casa, Minha Vida, para baixa renda se mantém fraca.

O Programa “Minha Casa, Minha Vida” voltou a assinar contratos de moradia para famílias com renda de até R\$ 1,6 mil em agosto, após sete meses de paralisação por causa da revisão das regras para a segunda fase do programa, mas o número ainda é muito baixo. Foram contratadas pela Caixa Econômica Federal 18.782 unidades até o dia 19 de setembro para essa faixa de renda, 1,5% da meta de 1,2 milhões até 2014. “pouco ainda, mas a gente só acabou a regulamentação do programa em julho e tivemos dois meses de contratação”, diz a secretária de Habitação do Ministério das Cidades, Inês Magalhães (www.valoronline.com.br, acesso em 23.09.2011).

As demais faixas de renda (de R\$ 1,6 mil a R\$ 3,1 mil e R\$ 3,1 mil a R\$ 5 mil) têm resultados melhores, com 31% e 27,5% da respectiva meta alcançados até o dia 19 de setembro. Nesses grupos, as contratações não foram interrompidas.

Nesse período foram contratadas 258.802 habitações nas três faixas de renda – 13% da execução esperada até 2014, que é de 2 milhões de unidades habitacionais. O ritmo em 2011 representa uma desaceleração em relação ao ano passado, quando foram assinados 661 mil contratos no ano todo.

“O programa só terá uma retomada expressiva no ano que vem. Não temos uma meta para o ano. O esforço será para chegar a 2 milhões de unidades contratadas até 2014”, diz Teotônio Resende, diretor de Habitação da Caixa Econômica Federal (www.valoronline.com.br, acesso em 23.09.2011). Para ele, as mudanças significaram um relançamento do programa, por isso a desaceleração nas contratações. O volume de unidades contratadas até setembro da segunda fase do programa está próximo do desempenho do início da primeira fase, que foi de 275.528 contratos assinados de abril a dezembro. Esse desempenho mais lento era esperado por causa da mudança de governo e do início de uma nova fase do programa, com novas regras e dúvidas a serem sanadas.

O destaque da retomada das contratações na faixa mais baixa de renda foi a cidade de Manaus (AM), com a assinatura, em agosto, de um contrato para a construção

de 5,3 mil unidades habitacionais pela construtora Direcional em parceria com o governo do Estado do Amazonas.

A empresa adaptou seu projeto de casas às novas regras do programa habitacional, colocando piso em toda a habitação e azulejo no banheiro e na cozinha até 1,5 metros de altura. “o produto final será de melhor qualidade, e tivemos um reajuste do preço-teto das casas para realizar essas melhorias”, diz Ricardo Ribeiro, diretor comercial da Direcional. (www.valoronline.com.br, acesso em 23.09.2011).

Para os projetos que já estavam em análise na Caixa antes da regulamentação do Minha Casa, Minha Vida 2, o governo criou uma fase de transição no programa que exige algumas adaptações dos empreendimentos – como aumento da área com piso e azulejo – para contratação até dezembro, com um reajuste do preço-teto menor do que o que foi dado para as novas plantas. “Temos um volume grande de projetos que não foram contratados no ano passado, e não queríamos perde-los”, disse a secretária de Habitação do Ministério das Cidades. (www.valoronline.com.br, acesso em 23.09.2011).

O reajuste dado aos chamados “projetos transitórios” está sendo reavaliado pelo Ministério das Cidades até o dia 23, devido a reclamação de investidores de que ele não é suficiente para cobrir o aumento de custos causado pela adaptações.

Para os novos projetos, a Direcional está aumentando em 10% a área das casas para atender a nova exigência de acessibilidade feita pelo governo federal. A obrigatoriedade do uso de energia solar para aquecimento de água é outra novidade na segunda fase do programa. Segundo o executivo, o reajuste dado para a segunda fase do programa não é suficiente para cobrir os gastos em todos os lugares, por isso a empresa tem sido bastante seletiva na escolha das cidades e dos terrenos.

Outros Estados que contrataram volume expressivo de moradias para mais baixa renda nos últimos dois meses foram Pará, Rio Grande do Sul e São Paulo. Nove Estados, porém, continuam sem contratar nenhuma unidade este ano. Para Resende, da Caixa, o programa tem dificuldades para se desenvolver em locais onde não há integração de esforços entre União, Estado, município e setor privado. “Onde essa sinergia não aconteceu, o programa não teve êxito”, diz. O Amapá continua sendo o Estado que menos contratou, com cinco moradias aprovadas na Caixa desde janeiro.

Maria Henriqueta Alves, Consultora técnica da Câmara brasileira da Indústria da Construção (CBIC), diz que o preço inadequado é outro entrave para a retomada dos investimentos com mais força. “Não houve reajuste, apenas uma adequação dos preços por causa do aumento de exigências. Estamos com a mesma base de dezembro de 2008”, disse a Consultora. (www.valoronline.com.br, acesso em 23.09.2011).

Considerando todas as faixas de renda, São Paulo aparece como o campeão de contratações em 2011, com 54 mil habitações no total, mais que o dobro que o segundo colocado, Minas Gerais, onde foram contratadas 26 mil moradias. O bom desempenho no território paulista tem sido puxado pelas moradias voltadas à faixa de renda entre R\$ 1,6 mil e R\$ 3,1 mil. Apenas neste ano foram contratadas 32 mil unidades neste grupo no Estado de São Paulo.

Essa faixa do programa também foi a que mais teve contratação no total do país, com 185 mil moradias, o que representa 72% do total, e a que teve assinatura de contratos em todos os Estados este ano.

Entre as regiões, o Sudeste é o que apresenta o maior número de contratações no país, com 39% do total. O Norte, por sua vez, é a região que mais tem dificuldade para implementar o programa de habitação, apesar da maior contratação de moradias para renda até R\$ 1,6 mil em Manaus.

Quadro 14

Programa Minha Casa, Minha Vida.

Número de unidades habitacionais contratadas em 2011, por faixa de renda.

Estado	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3
	Até R\$ 1,6 mil	De R\$ 1,6 mil até R\$ 3,1 mil	De R\$ 3,1 mil até R\$ 5 mil
Amazonas	5.384	806	924
Acre		26	354
Alagoas		4.468	981
Amapá		5	
Bahia	220	8.356	3.078
Ceará		3.390	612
Distrito Federal		455	1.114
Espirito Santo	112	1.695	3.000
Goiás	584	17.659	2.624
Maranhão	343	2.792	24
Minas Gerais	677	23.592	2.149
Mato Grosso do Sul	292	3.467	1.044
Mato Grosso	40	4.754	590
Pará	2.433	1.866	2.019
Paraíba		5.448	91
Pernambuco	758	4.377	211
Piauí	732	1.367	917
Paraná	909	22.917	2.468
Rio de Janeiro	70	7.095	4.651
Rio Grande do Sul	2.300	17.830	5.105
Rio Grande do Norte	97	6.189	940
Rondônia	267	743	1.062
Roraima		92	12
Santa Catarina	933	11.349	951
Sergipe		1.954	498
São Paulo	2.631	31.828	19.591
Tocantins		396	94
Total	18.782	184.916	55.104
Participação (%)	7,25	71,45	21,30

Fonte: Caixa Econômica Federal e Valor Econômico (25/08/2011)

258,802 unidades habitacionais foram contratadas em 2011.

R\$ 19,5 bilhões é o valor dos contratos.

Meta até 2014 é contratar 2 milhões de casas.

19 mil contratos foram assinados para renda até R\$ 1,6 mil (a meta é de 1,2 milhão).

5 – PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

5.1 – Agropecuária e Indústria puxam crescimento do Produto Interno Bruto para baixo no segundo trimestre. Do lado da demanda, exportações e FBCF (investimentos em máquinas e equipamentos) seguem em alta, mas são compensadas por forte importação. Construção desacelera o ritmo de crescimento (5,2% no primeiro trimestre para 2,1% no segundo trimestre).

O crescimento do PIB brasileiro no 2º trimestre de 2011, em comparação com o 1º trimestre de 2011 foi de 0,8%. Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, o crescimento foi de 3,1%, desacelerando frente aos 4,2% do primeiro trimestre de 2011. Em 12 meses, até junho, o PIB acumula variação de 4,2%. Em valores correntes, o PIB do segundo trimestre deste ano atingiu R\$ 1,021 trilhão.

No acumulado do primeiro semestre de 2011, o PIB brasileiro cresceu 3,6% em relação ao primeiro semestre de 2010. É a taxa mais fraca para um primeiro semestre desde 2009, o ano da crise global. Segundo o IBGE, a taxa de elevação do PIB no primeiro semestre do ano passado foi de 9,2%. Já a variação do PIB no primeiro semestre de 2009 foi negativa, com recuo de 2,9%.

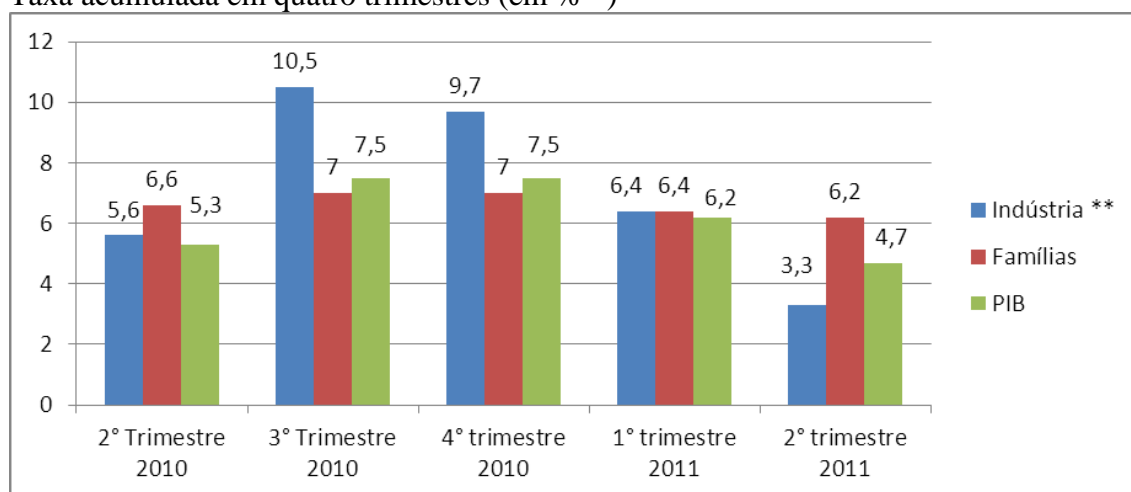
Enquanto no primeiro trimestre do destaque foi a demanda, tendo o investimento melhor desempenho no segundo trimestre. As exportações deram a maior contribuição ao PIB, tanto em relação ao primeiro trimestre quanto ao segundo trimestre de 2011.

O resultado do Produto Interno Bruto (PIB) registra desaquecimento e o investimento voltando a crescer acima do PIB, depois de dois trimestres em que os gastos em máquinas e equipamentos e na construção civil evoluíram abaixo da média da economia a abaixo da demanda. No segundo trimestre, inclusive, o investimento cresceu o dobro do PIB.

Se o investimento pode e deve ser comemorado, a composição do desaquecimento preocupa, e bastante. Ele foi puxado por uma queda na oferta e não apareceu na demanda das famílias, o que é explicado pela perda de espaço da oferta nacional para os produtos importados.

Oferta x Demanda

Taxa acumulada em quatro trimestres (em % *)

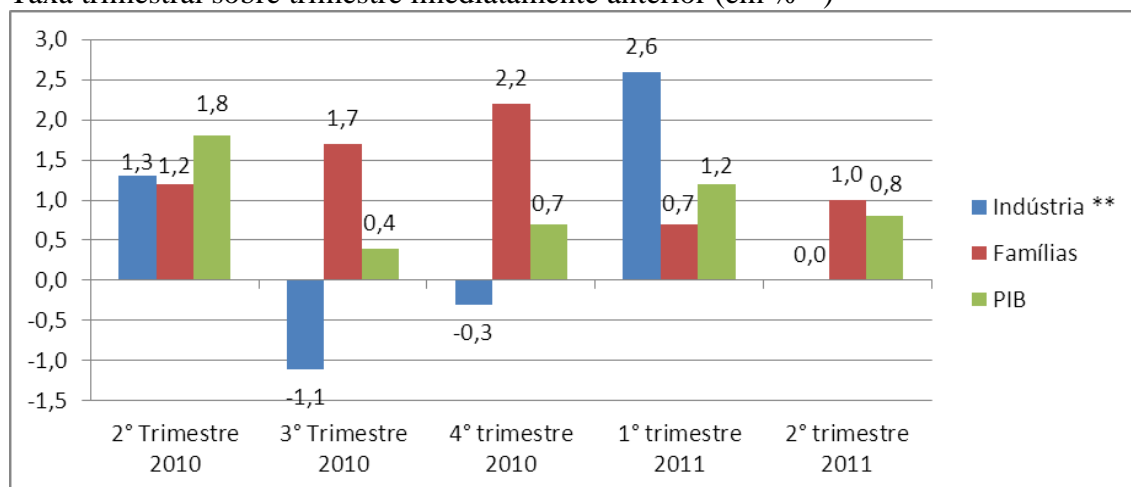


Fonte: IBGE *Sobre os quatro trimestres anteriores ** Setor de transformação

O consumo das famílias voltou a acelerar e crescer acima do PIB, e ficou em 1,00%. Assim, a taxa de crescimento da demanda, também anualizada, acelerou o ritmo de 2,8% do primeiro trimestre para 4,00% no segundo trimestre.

Oferta x Demanda

Taxa trimestral sobre trimestre imediatamente anterior (em % *)



Fonte: IBGE *Com ajuste sazonal ** Setor de transformação

Foi um recuo generalizado, pois todas as atividades econômicas tiveram taxas mais baixas, a exceção dos serviços de informação. Segundo o IBGE “As taxas mais altas de 2010 têm a ver com o ano de comparação, 2009, que foi o ano da crise”.

Os setores da economia tiveram os seguintes desempenhos, segundo o IBGE:

Indústria – que responde por 30% do PIB, teve crescimento de 0,2% no segundo trimestre, ante o primeiro trimestre do ano. Na comparação com o segundo trimestre de 2010, o PIB da indústria subiu 1,7% no segundo trimestre de 2011 – a mais fraca desde o ano da crise, no terceiro trimestre de 2009 (-7,7%). No primeiro semestre de 2011, o PIB da indústria cresceu 2,6% em relação ao primeiro semestre de 2010. No acumulado em 12 meses até junho, a variação do PIB da indústria acumula alta de 4,4%.

“Hoje, o patamar de produção de quase todas as atividades econômicas já superou o período pré-crise. A indústria da transformação é a única que está operando ainda em patamar um pouco abaixo”, acrescentou a Gerente do IBGE.

Agropecuária – que participa com 5,00% do PIB, registrou queda de 0,1% no segundo trimestre contra o primeiro trimestre do ano. Na comparação com o segundo trimestre de 2010, mostrou estabilidade (0,00%). No primeiro semestre de 2011, o PIB da agropecuária cresceu 1,4% em relação ao primeiro semestre de 2010. Em 12 meses até junho, a alta é de 2,6%.

Serviços – que participa com 65% do PIB registrou crescimento de 0,8% no segundo trimestre contra o primeiro trimestre do ano. Na comparação com o segundo trimestre de 2010, mostrou alta de 3,4% no segundo trimestre de 2011. No primeiro semestre de 2011, cresceu 3,7% em relação ao primeiro semestre de 2010. Em 12 meses até junho, o PIB acumula variação de 4,2%. O destaque ficou por conta da área de serviços de informação, com crescimento de 1,9%. Serviços com intermediação financeira e seguros cresceram 1,6% e comércio, 1,1%.

O IBGE também revisou os dados na margem dos trimestres anteriores. O crescimento dessazonalizado do PIB no 1º trimestre de 2011 foi revisto para baixo, de 1,3% para 1,2%, enquanto o dado do 4º trimestre de 2010 passou de 0,8% para 0,7% e o do 3º trimestre de 2010 de 0,5% para 0,4%.

5.2 – PIB da Construção Civil paraense sobe 1,70% no 2º trimestre, acima do crescimento de 1,2% do trimestre anterior.

O PIB da Construção Civil paraense registrou crescimento de 1,70% na série ajustada sazonalmente no 2º trimestre em comparação com o mesmo intervalo de tempo de 2010, indicando que o patamar da produção imobiliária paraense superou o trimestre anterior.

Dentre os fatores determinantes para explicar a melhoria do crescimento do 1º para o 2º trimestre, pode-se apontar um maior acesso ao crédito em função da elevação dos financiamentos imobiliários com depósitos da Caderneta de Poupança que nos primeiros 5 meses de 2011 cresceu 128,01% em comparação com o mesmo intervalo de tempo de 2010 (quadro 14).

Quadro 15

PIB da Construção Paraense

2008, 2009, 2010 e 2011 Valores correntes.

PERÍODO	PIB (1)	PIB do Estado do Pará (2)	PIB da Const. Civil Paraense (2)
	Valor (R\$milhões)	Valor (R\$milhões)	Valor (R\$milhões)
1º trim/08	665.500,00	12.444,00	823,40
2º trim/08	729.586,00	13.643,00	905,70
3º trim/08	747.337,00	13.975,00	924,30
4º trim/08	747.152,00	13.971,00	957,67
PIB/08	2.889.719,00	54.037,00	3.581,07
1º trim/09	717.431,00	13.415,95	890,81
2º trim/09	778.964,00	14.566,62	967,22
3º trim/09	797.020,00	14.904,27	989,64
4º trim/09	849.600,00	15.887,52	1.054,93
PIB/09	3.143.000,00	58.774,36	3.902,60
1º trim/10	826.400,00	15.536,42	997,70
2º trim/10	900.700,00	16.933,16	1.117,58
3º trim/10	937.216,00	17.713,38	1.169,08
4º trim/10	1.010.684,00	18.907,04	1.167,71
PIB/10	3.675.000,00	69.090,00	4.452,61
1º trim/11	939.600,00	18.792,00	1.126,61
2º trim/11	1.021.000,00	20.420,00	1.225,20

Fonte: (1) IBGE

(2) Estimativa do Sinduscon-Pa

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

6 – EMPREGO FORMAL:

6.1 – Estado do Pará: Mercado de trabalho continua aquecido. Construção Civil e Serviços permanecem sustentando o mercado de trabalho paraense.

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) registrou a criação de 5.875 vagas formais no mês de setembro, refletindo desaceleração de abertura de vagas dos trabalhadores com carteira assinada em relação aos postos formais criados no mês de agosto (6.663 postos). Entretanto, no acumulado do ano, até setembro, os números indicam que o mercado de trabalho continua aquecido, pois,

foram gerados 41.254 postos com carteira assinada, superior ao total de 34.280 postos celetistas do mesmo intervalo de tempo do ano de 2010.

Todos os setores registraram saldos líquidos positivos na abertura de novos postos de trabalhos no mês de setembro (admissão – desligamentos), à exceção do setor Agropecuário que teve perdas de 234 postos de trabalhos formais.

As empresas da Construção Civil permanecem liderando o crescimento relativo dos trabalhadores com carteira assinada da economia paraense, com a criação de 11.119 vagas formais, no período de janeiro a setembro de 2011, com o maior crescimento relativo 16,78% (11.119 postos), em comparação com o mesmo intervalo de tempo de 2010, vindo em seguida Extrativismo Mineral 16,65% (2.298 vagas), Serviços 7,01% (14.952 postos formais) e Comércio 4,29% (7.386 postos celetistas).

Quadro 16
Estado do Pará
Emprego formal na Construção Civil
Mês de Setembro – de 2005 a 2011.

Ano	Admissão	Desligamentos	Saldo
2005	2.957	1.943	1.014
2006	3.182	2.602	580
2007	3.212	2.982	230
2008	4.543	3.957	586
2009	4.558	3.023	1.535
2010	4.742	4.297	445
2011	7.415	6.134	1.281

Fonte: CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - MTE

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa

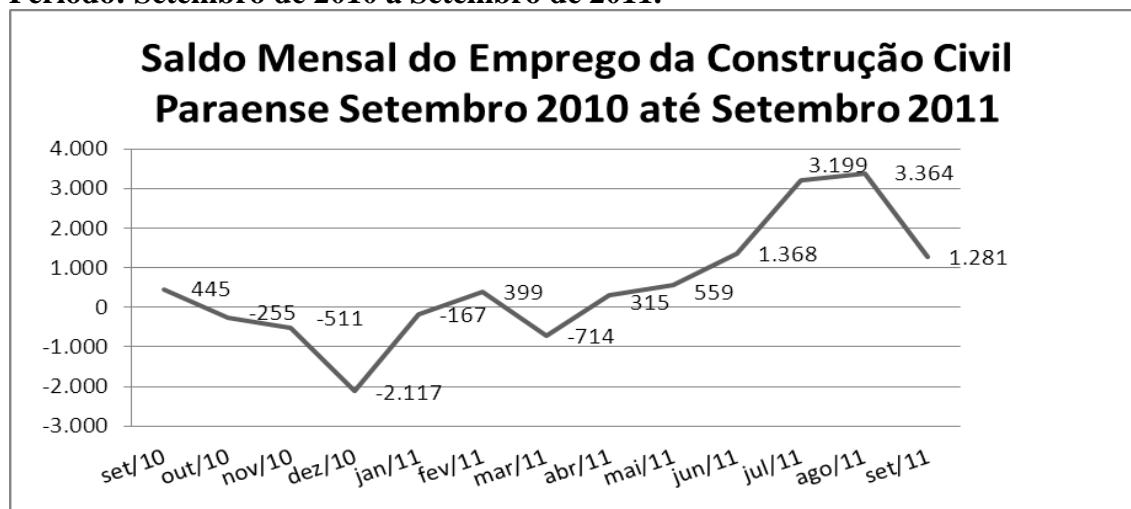
Quadro 17
Estado do Pará
Saldos dos Empregos Formais (Admissão-Desligamentos)
Período: Setembro de 2011

Setores	Set/11	%	Set/10	%	No ano até Set/11	Varição (%)	No ano até Set/10	Varição (%)	Em 12 meses 11	Varição (%)	Em 12 meses 10	Varição (%)
1. Ext. Mineral	181	1,15	190	1,42	2.298	16,65	2.058	17,87	2.911	22,07	2.351	22,86
2. Indústria de Transf.	1.330	1,47	590	0,65	2.405	2,66	3.025	3,41	1.689	1,85	2.916	3,24
3. Serv. Ind. Util. Públ.	12	0,14	20	0,23	-423	-4,59	538	6,61	-473	-5,10	635	8,25
4. Construção Civil	1.281	1,72	445	0,71	11.119	16,78	7.349	13,23	9.492	13,98	7.577	14,48
5. Comércio	971	0,55	1.132	0,69	7.386	4,29	6.949	4,43	12.704	7,62	11.118	7,35
6. Serviços	2.321	1,04	1.459	0,71	14.952	7,01	12.420	6,45	17.770	8,44	13.575	7,14
6.1. Com. e Adm. de imóv	1.059	2,18	530	1,22	4.461	9,59	5.113	13,24	5.857	12,99	5.461	15,38
7. Administ. Pública	13	0,05	-2	-0,01	673	2,57	-8	-0,05	614	2,34	-26	-0,16
8. Agropecuária	-234	-0,46	771	1,80	2.844	5,77	1.949	4,76	2.382	4,79	485	1,11
Total	5.875	0,88	4.605	0,76	41.254	6,44	34.280	6,01	47.089	7,42	38.631	6,88

Fonte: CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - MTE

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

Figura 6
Estado do Pará
Construção Civil
Período: Setembro de 2010 à Setembro de 2011.



Fonte: CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - MTE

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

6.2 – Análise Geográfica do Emprego Formal da Construção Civil Paraense: Município de Altamira continua sendo destaque na criação de novas vagas na Construção Civil, enquanto que o Município de Belém teve forte desaceleração na abertura de novas vagas em setembro.

A abertura de novas vagas da Construção Civil desacelerou nos 10 municípios que participaram com 81,0% na criação de vagas para trabalhadores com carteira assinada no mês de setembro, registrando 832 postos, ante 2.798 vagas criadas em agosto.

O município de Altamira vem avançando expressivamente na abertura de novos postos de trabalho celetistas na Construção Civil, pois, passou de 904 postos formais em agosto para 1.117 postos em setembro.

Os municípios que também avançaram na criação de novos postos formais foram: Paragominas (48 vagas em agosto, para 196 postos em setembro) e Barcarena (101 postos em agosto para 137 vagas em setembro).

Em outros municípios, os números apontam uma clara desaceleração na abertura de novas vagas em Belém, com a criação de 423 postos em agosto, e abertura de 20 vagas em setembro. A desaceleração é consequência da redução do número de dias úteis no mês de setembro, em decorrência da greve dos trabalhadores da Construção Civil.

O mesmo desempenho teve o município de Parauapebas que criou 240 vagas em setembro, quando em agosto teve a abertura de 1.386 vagas. O único município que teve corte de vagas foi Marabá, com -954 postos.

Quadro 18

Estado do Pará

Ocupação dos municípios mais representativos na geração de empregos formais da Construção Civil Paraense.

Setembro/2011

Municípios	Ocupação total em 01.01.11 (1)	Saldo do emprego em Setembro/2011	Saldo dos empregos formais até 30/09/2011	Ocupação em Setembro/11
Belém	23.349	20	2.547	25.896
Ananindeua	7.148	41	1.639	8.787
Barcarena	3.442	137	333	3.775
Castanhal	2.214	21	86	2.300
Marabá	5.272	-954	429	5.701
Parauapebas	7.606	240	661	8.267
Tucuruí	1.121	14	-362	759
Santarém	2.354	0	234	2.588
Paragominas	1.413	196	433	1.846
Altamira (3)	-50	1.117	2.996	2.946
Subtotal	53.869	832	8.996	62.865
Estado do Pará(2)	60.633	1.281	11.119	71.752

Fonte: CAGED – MTE

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

(1) Dezembro/2007-RAIS/MTE

(2) Corresponde aos valores dos 143 municípios do Estado do Pará.

(3) Dados do CAGED/MTE

6.3 – Região Metropolitana de Belém: Região Metropolitana de Belém teve leve crescimento (4,0%) de abertura de vagas de trabalhadores com carteira assinada em setembro.

Na Região Metropolitana de Belém foram criadas 1.986 vagas formais no mês de setembro, 4,0% acima da abertura de vagas do mês de agosto (1.910 vagas).

Entre os setores com maior número de vagas criadas, o setor Serviços foi o destaque com a abertura de 904 postos em agosto, para 1.577 em setembro, enquanto que as Empresas da Construção Civil, que criaram 542 vagas formais em agosto tiveram uma forte desaceleração na abertura de vagas em setembro, apenas 47 postos com carteira assinada.

No acumulado do ano até setembro, teve uma leve desaceleração de 4,57% na criação de vagas, em relação ao mesmo intervalo de tempo de 2010. Os setores que tiveram maior abertura de vagas, nessa base de comparação, no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Belém, foram: Setor Serviços 8.676 vagas, Construção Civil 4261 postos celetistas e Comércio 1.183 vagas com carteira assinada.

Quadro 19

Região Metropolitana de Belém

Saldo dos Empregos Formais (Admissão-Desligamentos)

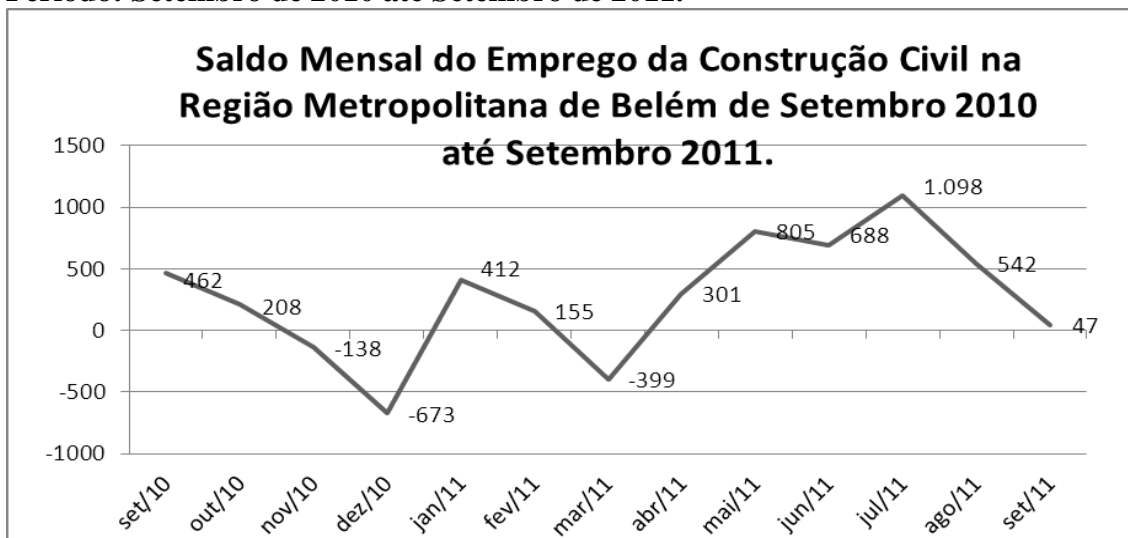
Período: Setembro de 2011

Setores	Set/11	%	Set/10	%	No ano até Set/11	Varição (%)	No ano até Set/10	Varição (%)	Em 12 meses 11	Varição (%)	Em 12 meses 10	Varição (%)
1. Ext. Mineral	-8	-2,68	9	2,64	-19	-6,15	63	21,95	-25	-7,94	70	25,00
2. Indústria de Transf.	541	1,96	-5	-0,02	20	0,07	574	2,09	156	0,56	-735	-2,61
3. Serv. Ind. Util. Públ.	5	0,09	11	0,21	-409	-6,96	414	8,36	-442	-7,48	512	10,87
4. Construção Civil	47	0,13	462	1,57	4.261	13,57	4.198	16,11	4.129	13,10	4.545	19,76
5. Comércio	16	0,02	497	0,58	1.183	1,31	3.054	3,69	4.177	4,80	5.992	7,50
6. Serviços	1.577	1,01	559	0,38	8.676	5,76	6.510	4,67	10.067	6,75	7.877	5,71
6.1. Com. e Adm. de imóv	752	2,34	168	0,56	2.923	9,46	2.782	10,17	3.179	10,38	2.964	11,89
7. Administ. Pública	-5	-0,06	-4	-0,11	119	1,55	38	1,05	109	1,41	23	0,45
8. Agropecuária	-187	-3,59	-6	-0,14	233	4,90	-114	-2,62	141	2,91	-236	-4,89
Total	1.986	0,61	1.523	0,50	14.064	4,41	14.737	5,10	18.312	5,82	18.048	6,36

Fonte: CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - MTE

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

Figura 7
Região Metropolitana de Belém
Período: Setembro de 2010 até Setembro de 2011.



Fonte: CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - MTE
 Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

6.4 – Análise da rotatividade do emprego formal da Indústria da Construção Civil no Estado do Pará, no período de 2003 a 2011.

Os dados comparativos de admissão e desligamentos (figura 8) expressam que as curvas das duas variáveis estão no mesmo patamar desde 2003 até 2009, o que sugere alta rotatividade da mão-de-obra intra-setorial.

No ano de 2010, a situação evidenciada pela figura 8 tem outra configuração com a curva da admissão sendo substancialmente superior a curva do desligamento, apontando que no ano de 2010 houve forte mobilização de outros setores para a Indústria da Construção Civil paraense, assim como, de trabalhadores que estavam sem ocupação no mercado de trabalho.

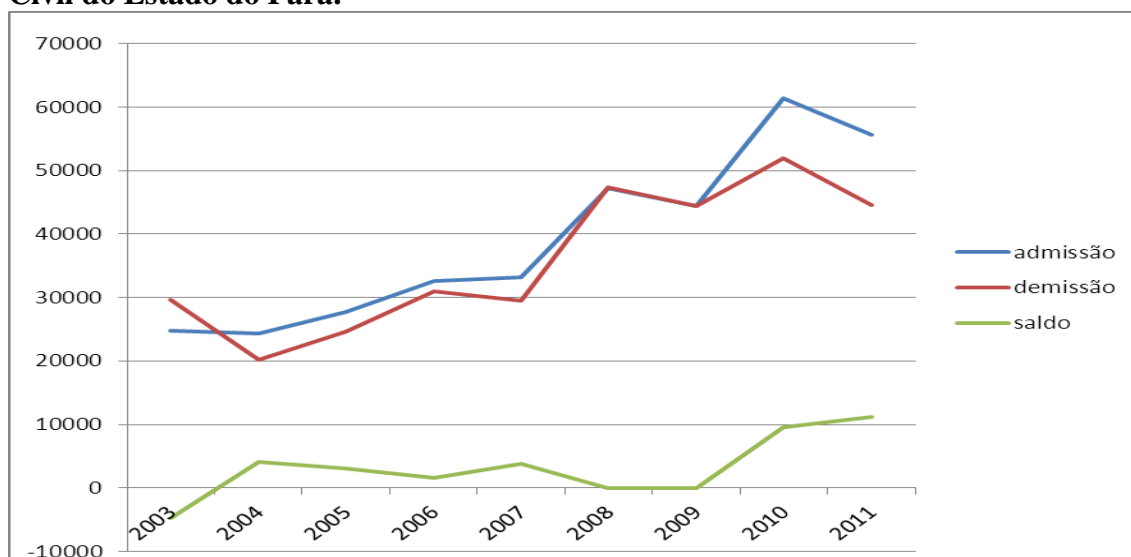
Quadro 20

Admissão e demissão (saldo) dos empregos formais da Indústria da Construção Civil do Estado do Pará.

Período	Admissão	Demissão	Saldo
2003	24840	29672	-4832
2004	24376	20242	4134
2005	27750	24670	3080
2006	32590	30949	1641
2007	33200	29439	3761
2008	47171	47401	-230
2009	44378	44418	-40
2010	61.421	51.931	9.490
2011	55.694	44.575	11.119

Fonte: CAGED-MTE

Figura 8
Admissão e demissão (saldo) dos empregos formais da Indústria da Construção Civil do Estado do Pará.



Fonte: CAGED-MTE

6.5 – Os resultados, acumulados até o mês de setembro, da contratação de trabalhadores formais por cargos continuam apontando crescimento em quase todas as ocupações.

As informações do CAGED relativas as 20 ocupações que mais admitiram da Construção Civil da economia paraense mostram um crescimento de 5,35% no acumulado do ano até o mês de setembro, em relação aos 8 meses anteriores.

Dentre os vários cargos analisados, à exceção dos técnicos ligados à obra (Supervisores, Mestre de obra e etc.) que tiveram uma redução no ritmo de abertura de novas vagas nesse conjunto de cargos (-76,98%), os demais cargos apresentaram crescimento na criação de novas vagas.

Mão-de-obra especializada (Engenheiros, Arquitetos e etc.) tiveram um crescimento de 25,00%, concentrada no município de Altamira. As obras da Hidrelétrica de Belo Monte continuam sendo de fundamental importância para o crescimento do emprego formal nessa categoria. Pessoal ligado à obra (Pedreiro, Servente e etc.), com crescimento de 7,09% em comparação com os oito meses anteriores e mão de obra administrativa (Almoxarife, Auxiliar de escritório e etc.), com crescimento de 16,00% na abertura de vagas em relação aos oito meses anteriores.

Quadro 21

Estado do Pará

Construção Civil

Saldo (admissão – demissão) das 20 maiores ocupações acumuladas até o mês de Setembro de 2011. (*)

	No ano até Agosto (a)	No ano até Setembro (b)	Variação (a)/(b) (%)
Mão-de-obra especializada ligada à obra (Engenheiros, Arquitetos e etc)	36	45	25,00
Técnicos ligados à obra (Encarregados, Mestre de obra e etc)	126	29	-76,98
Mão-de-obra administrativa (Almoxarife, Aux. administrativo e etc)	359	417	16,16
Pessoal básico ligado à obra (Pedreiro, Servente e etc)	4.540	4.862	7,09

Fonte: CAGED- MTE

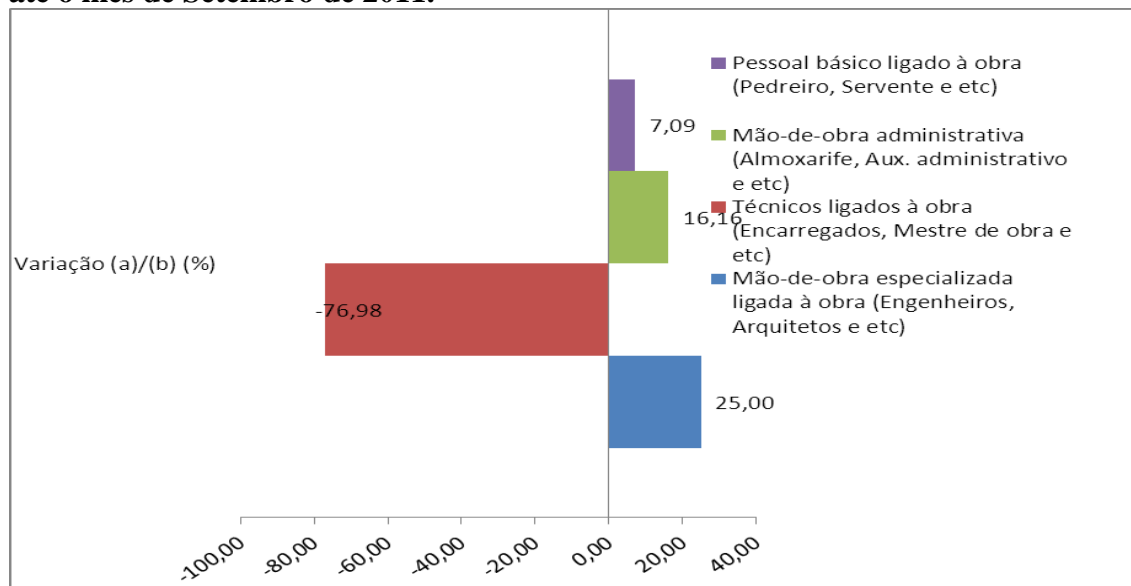
(*) Corresponde aos 20 cargos com maiores admissões nos municípios de Belém, Ananindeua, Altamira, Marabá, Parauapebas e Santarém.

Figura 9

Estado do Pará

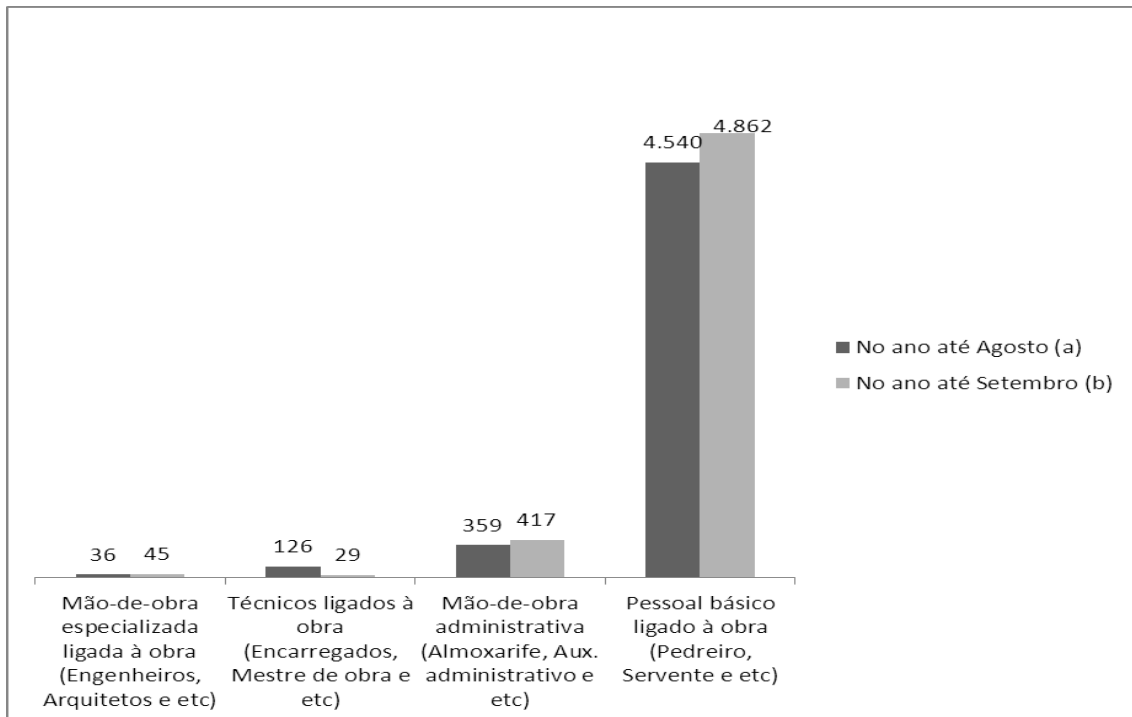
Construção Civil

Variação do saldo (admissão – demissão) das 20 maiores ocupações acumuladas até o mês de Setembro de 2011.



Fonte: CAGED- MTE

Figura 10
Estado do Pará
Construção Civil
Saldo (admissão – demissão) das 20 maiores ocupações acumuladas até o mês de Setembro de 2011.



Fonte: CAGED- MTE

Quadro 22

Perfil do Emprego na Construção paraense, segundo municípios maiores geradores de emprego. Saldos por cargos (admissão – desligamentos) das 20 maiores ocupações acumuladas até Setembro de 2011.

CBO	Cargo	Belém	% (*)	Ananind	% (*)	Barcare	% (*)	Altam	% (*)	Marabá	% (*)	Parauap	% (*)	Santar	% (*)
414105	Almoxarife	-13	-0,0181	1	0,0014	0	0,0000
715305	Armador de estr. de conc	32	0,0446	9	0,0125	43	0,0599	44	0,0613	-195	-0,2718	-166	-0,2314
411005	Aux. De Escritório	72	0,1003	30	0,0418	0	0,0000	89	0,1240	2	0,0028	26	0,0362	9	0,0125
715505	Carpinteiro	108	0,1505	13	0,0181	63	0,0878	61	0,0850	-136	-0,1895	232	0,3233	3	0,0042
715615	Eletricista de instalações	-1	-0,0014	11	0,0153	-1	-0,0014	69	0,0962	21	0,0293	21	0,0293
951105	Eletricista de Mant. Eletro eletr.	534	0,7442	58	0,0808
214205	Engenheiro Civil	45	0,0627
724110	Encanador	-6	-0,0084	8	0,0111	5	0,0070
710205	Mestre de obras	-57	-0,0794	22	0,0307	-8	-0,0111	54	0,0753	-43	-0,0599	-2	-0,0028
724205	Montador de estr. metálica	44	0,0613	112	0,1561
782515	Motorista Oper. guincho	210	0,2927	-60	-0,0836
715130	Operador de motoniveladora
716610	Pintor	7	0,0098	12	0,0167	-18	-0,0251	3	0,0042
715210	Pedreiro	-109	-0,1519	107	0,1491	35	0,0488	144	0,2007	-122	-0,1700	35	0,0488	21	0,0293
717020	Servente de obras	1109	1,5456	452	0,6299	158	0,2202	832	1,1595	336	0,4683	405	0,5644	66	0,0920
724315	Soldador	-8	-0,0111	19	0,0265	22	0,0307
351605	Técnico Seg. Trabalho	24	0,0334	8	0,0111	-2	-0,0028	15	0,0209	0	0,0000
312105	Técnico de Obras Cívicas
517420	Vigia	23	0,0321	-11	-0,0153	33	0,0460	46	0,0641	4	0,0056
519940	Leiturista	97	0,1352	80	0,1115
213118	Médico do Trabalho
414205	Apontador de Mão-de-Obra
782110	Operador de Guindaste
950110	Supervisor de Manut. Elet. Ind. Com. Pred	18	0,0251
724220	Preparador de Estru. Metálica	43	0,0599
214305	Engenheiro Eletricista
411010	Assist. Administrativo	19	0,0265	5	0,0070
716405	Gesseiro
715545	Montador de Andaimés	-15	-0,0209	136	0,1895	-39	-0,0544

Fonte: M T E – CAGED.1

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

(*) Variação em relação ao total da ocupação do setor no mês anterior.

(...) Dados não disponíveis.